

Ofício 378/2022/SEMINFRA/PMSC

São Cristóvão, 02 de maio de 2022.

A Ilma. Senhora
Aline Magna Cardoso Barroso Lima
Procuradora Geral do Município

Assunto: **Aditivo de Valor ao Contrato nº 017/2021**

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho através do presente, solicitar parecer jurídico acerca do **2º Termo Aditivo de Valor ao contrato nº 17/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de São Cristóvão e a empresa **AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, que tem como objeto a execução das **Obras/Serviços de Pavimentação Asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão.**

Sem mais para o momento, agradeço a atenção ao tempo em que me coloco a disposição para o que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Para Providências
() Procurador - Chefe
(<input checked="" type="checkbox"/>) Sub procurador
() Assessor Jurídico
() Assessoria Administrativa
Em, <u>05/05/2022</u>

PROCURADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO
RECEBIDO EM
03/05/22
Ame
09.12


JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura



SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE VALOR

CONTRATO 017/2021

CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

PROCESSO Nº 002.2022.0048/PMSC

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DE ADITIVO

OBJETO DO CONTRATO: Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão.		CONTRATO: 17/2021
MUNICÍPIO: SÃO CRISTÓVÃO	EMPRESA CONTRATADA: AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	

I – DADOS CONTRATUAIS:

- Valor do Contrato original: R\$ 612.553,62
- ADITIVO:
 - Valor a acrescentar: R\$ 8.208,16
 - Valor a suprimir: R\$ 5.292,94
- Novo valor do contrato contemplando aditivo: R\$ 615.468,84

II – BREVE HISTÓRICO

O Contrato foi assinado no dia 09/04/2021 atendendo a contratação de **Regime de Empreitada por Preço Unitário**, decorrente da licitação na modalidade **Concorrência nº 001/2020, da ata de Registro de Preços nº 006/2020**, objetivando os serviços de "Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão/SE". A Ordem de Serviço firmada no dia 23/04/2021 com prazo de execução de obras de 03 (três) meses. A obra teve um termo de paralisação na data de 05/05/2021 e de reinício em 25/10/2021, e um segundo termo de paralisação em 24/11/2021.

O valor aditado é da ordem de **R\$ 8.208,16** que representa **1,34%** do valor do contrato e o valor suprimido de **R\$ 5.292,94** que representa **0,86%**, ficando o valor do contrato atualizado a **R\$ 615.468,84**.

A obra encontra-se com o valor medido de R\$ 480.496,40 (quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta centavos) representando 78,44% de execução de obra.

III – ARGUMENTO

O presente instrumento tem o objetivo de apresentar uma justificativa para as supressões de quantitativos de serviços e inclusão de novos serviços na planilha orçamentária. Para tal foi elaborada uma Planilha de Aditivo, onde constam as alterações.

Aditivos contratuais são frutos da necessidade gerada durante a execução das obras, com a inclusão, acréscimos e/ou supressões na planilha orçamentária, para atender de forma factível as demandas do empreendimento.

Ressalta-se que os itens novos incluídos na planilha orçamentária de aditivo foram extraídos do ORSE – Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (**referência outubro/2019**) da CEHOP- Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas/SE (sobretudo o valor unitário dos respectivos serviços aplicando-se o valor de desconto de **24,57%**, referente ao percentual de desconto proposto pela contratada (proposta vencedora)), processo licitatório **Concorrência nº 001/2020, da ata de Registro de Preços nº 006/2020**.

IV – RAZÕES

1. O orçamento, como parte integrante do contrato, é o elemento de aferição da execução da obra, sendo por seu intermédio, realizadas as medições e pagamentos. É, portanto, um documento que deve estar permanentemente atualizado durante a validade do contrato.
2. Os serviços inicialmente previstos em planilha não atenderam a real necessidade da obra, conforme ilustrado no quadro 01.
3. Houve a necessidade da inclusão de serviços novos, demonstrados no quadro 02.
4. Os serviços do quadro 01 foram substituídos pelos serviços do quadro 02 (7.002 Sinalização Horizontal), conforme motivo alegado pela empresa contratada através de ofício que atualmente no mercado local não consegue nenhuma empresa para execução da pintura termoplástica, sendo que a empresa que realiza o serviço é sediada fora do Estado e somente realiza por uma metragem mínima estabelecida. Em email enviado a empresa prestadora de serviços de pintura termoplástica, o representante informa que a viabilidade dos serviços é avaliada quantitativamente em m², onde em uma baixa quantidade de serviço o deslocamento da equipe fica inviável.

QUADRO 01: Serviços existentes no orçamento inicial que tiveram quantitativos suprimidos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	PÇO UNIT	PÇO TOTAL
7.002	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL				
7.002.002	Pintura de faixa c/ termoplástico - 3 anos (p/ aspensão) - Rev 05	m ²	270,60	19,56	R\$ 5.292,94
	TOTAL				R\$ 5.292,94

QUADRO 02: Serviços novos que serão executados pela empresa contratada:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	PÇO UNIT	PÇO TOTAL
7.002	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL				
7.002.003	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro	m ²	204,27	17,57	R\$ 3.589,02
7.002.004	Pintura de piso para execução de faixa de pedestres, com 02 demãos de tinta à base de resina acrílica - R1	m ²	270,60	17,07	R\$ 4.619,14
	TOTAL				R\$ 8.208,16

V – OBSERVAÇÕES DE ORDEM LEGAL

1. Não ocorreu supressão de item considerado de preço abaixo do preço de mercado, que caracterize beneficiamento para contratada.
2. As alterações/adequações de quantitativos e de serviços pretendidos, não têm a relevância suficiente para descaracterizarem o objeto licitado e contratado, além do que, os seus custos mantêm-se abaixo dos limites estabelecidos pelo art. 65 da Lei 8.666 que trata das alterações contratuais.

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
Engenheiro Civil
CREA-SE 270032228-2
Mat. 2015000704

Praça Senhor dos Passos, 37, Centro.
São Cristóvão – Sergipe, CEP 49100-000

PN: 03
Rub: [assinatura]

3. Houve atendimento às exigências da Lei 8.666/93, art.65, **b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei.**
4. Houve atendimento às exigências do Decreto 7983/2013, art. 14 e 15.
5. A rerratificação da planilha orçamentária gerou acréscimo ao contrato de **R\$ 8.208,16 (oito mil, duzentos e oito reais e dezesseis centavos)**, supressão de **R\$ 5.292,94 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos)**, ficando o valor atualizado do contrato de **R\$ 615.468,84 (seiscentos e quinze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)**.

São Cristóvão/SE, 06 de abril de 2022.



Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
Engenheiro Civil CREA 270032228-2
Fiscal do Contrato
CREA-SE 270032228-2
Mat. 2015000704

ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRA

OBJETO DO CONTRATO: Obras/Serviços de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão.

CONTRATO:
17/2021

MUNICÍPIO:
SÃO CRISTÓVÃO

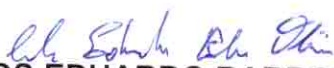
EMPRESA CONTRATADA:
A.G.C. Construções e Empreendimentos LTDA

Atesto, para fins de aditivo de valor, que a execução da obra objeto do contrato supracitado, encontra-se em andamento, com os serviços contratados executados de acordo com os projetos, especificação e planilha orçamentária.

Percentuais medidos até o ultimo boletim de medição (BM 02 de 23/11/2021):

- Administração – 57,87%
- Mobilização e Desmobilização – 0,00%
- Frete – 0,00%
- Instalação de Canteiro – 0,00%
- Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedo – 79,79%
- Drenagem Pluvial – 0,00%
- Sinalização Horizontal e Vertical – 0,00%
- Marco Inaugural - 0,00%
- Diversos – 88,25%

São Cristóvão - SE, 06 de abril de 2022.


CARLOS EDUARDO BARBOSA OLIVEIRA
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/SE: 270032228-2
Mat. 2015000704



Item		Discriminação dos Serviços	Und	QUANTIDADES				VALORES (R\$)				
				CONTRATADA	ACRÉSCIMOS	SUPRESSÕES	CONTRATADO ATUALIZADO	Preço Unit. (R\$)	CONTRATADO	ACRÉSCIMO	SUPRESSÕES	CONTRATADO ATUALIZADO
EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVAO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVAO CONTRATADA: AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA												
				INFORMAÇÃO				TABELA RESUMO				
BDI Utilizado:				23,55%		VALOR CONTRATADO		R\$ 612.553,62		100,00%		
Desconto Médio:				24,57%		SUPRESSÕES		R\$ 5.292,94		0,86%		
REF. ORSE/SINAPI:				OUT/2019		ACRÉSCIMOS		R\$ 8.208,16		1,34%		
PLANILHA DE RERRATIFICAÇÃO												
1	ADMINISTRAÇÃO											
1.001	Equipe Dirigente		un	0,08			0,08			6.989,68	0,00	6.989,68
1.002	CONTROLE TECNOLÓGICO									4.813,38	0,00	4.813,38
1.002.001	Ensaio - Marshall		un	5,00			5,00			2.176,30	0,00	2.176,30
1.002.002	Ensaio - Granulometria por peneiramento		un	5,00			5,00			1.420,65	0,00	1.420,65
2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO									755,65	0,00	755,65
2.001	Caminhão Carroceria de madeira 9 T - fonte DNIT		h	1,50			1,50			32,79	0,00	32,79
3	FRETE									32,79	0,00	32,79
3.001	FRETE DE MATERIAL AREIA GROSSA/MÉDIA/FINA		tkm	2.300,00			2.300,00			367,50	0,00	367,50
3.001.001	Transporte com caminhão basculante de 10 m ³ - rodovia pavimentada (SICRO 5914389 - ref. jul/2019)		tkm	2.300,00			2.300,00			345,00	0,00	345,00
3.002	FRETE DE MATERIAL BRITADO									22,50	0,00	22,50
3.002.001	Transporte com caminhão basculante de 10 m ³ - rodovia pavimentada (SICRO 5914389 - ref. jul/2019)		tkm	150,00			150,00			22,50	0,00	22,50
4	INSTALAÇÃO DE CANTEIRO									0,00	0,00	0,00
4.001	Placa de obra em chapa de aço galvanizado		m ²				0,00			305,79	0,00	305,79
4.002	Barracão para Obras de Médio Porte Resprovelamento 2 vezes		m ²				0,00			54,09	0,00	54,09
4.003	Entrada provisória de energia elétrica aérea trifásica 40a em poste madeira		un				0,00			496,17	0,00	496,17
4.004	Ligação Predial de Água em Mureta de Concreto, Provisória ou Definitiva, com Fornecimento de Material, inclusive Mureta e Hidrômetro. Rede DN 50mm		UN				0,00			151,13	0,00	151,13
4.005	Ligação domiciliar de esgoto dn 100mm, da casa até a caixa, composto por 10,0m tubo de pvc esgoto predial dn 100mm e caixa de alvenaria com tampa de concreto - fornecimento e instalação		un				0,00			169,29	0,00	169,29
4.006	Tapume em chapa galvanizada n°30, esp=0,35mm, h=2,00m, exclusive pintura		m				0,00			45,38	0,00	45,38
5	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELO									595.501,62	0,00	595.501,62
5.001	SERVIÇOS PRELIMINARES									63,14	0,00	63,14
5.001.001	Locação de pavimentação. af. 10/2018		m	902,00			902,00			0,07	0,00	0,07
5.001.002	Projeto de Drenagem Pluvial com área acima 500m ²		m ²				0,00			0,27	0,00	0,27
5.002	PAVIMENTAÇÃO									595.438,48	0,00	595.438,48
5.002.001	Execução de imprimação ligante (pintura de ligação) com emulsão asfáltica rr-2c. af. 09/2017		m ²	26.667,73			26.667,73			1,75	0,00	1,75
5.002.002	Construção de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (cbuq), binder, com espessura de 3,0 cm - exclusive transporte. af. 03/2017		m ³	228,26			228,26			877,63	0,00	877,63
5.002.003	Transporte com caminhão basculante 10 m ³ de massa asfáltica para pavimentação urbana		m ³ km	4.490,47			4.490,47			1,02	0,00	1,02
5.002.004	Construção de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (cbuq), camada de rolamento, com espessura de 3,0 cm - exclusive transporte. af. 03/2017		m ³	283,41			283,41			1.117,02	0,00	1.117,02
5.002.005	Transporte com caminhão basculante 10 m ³ de massa asfáltica para pavimentação urbana		m ³ km	6.097,15			6.097,15			1,02	0,00	1,02
5.002.006	Pintura de meio fio (calçadão)		m	1.804,00			1.804,00			1,03	0,00	1,03

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Engenheiro Civil
 CREA-SE 270032228-2
 Mat. 2015000764

Rub. 06
 000



Item	Discriminação dos Serviços	Und	QUANTIDADES				VALORES (R\$)					
			CONTRATADA	ACRÉSCIMOS	SUPRESSÕES	CONTRATADO ATUALIZADO	CONTRATADO	ACRÉSCIMO	SUPRESSÕES	CONTRATADO ATUALIZADO		
			Preço Unit. (R\$)									
EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍEDO DAS RUAS TERESIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO CONTRATADA: AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA BDI Utilizado: 23,55% VALOR CONTRATADO: R\$ 612.553,62 100,00% Desconto Médio: 24,57% SUPRESSÕES: R\$ 5.292,94 0,86% REF. ORSE/SINAPI: OUT/2019 ACRÉSCIMOS: R\$ 8.208,16 1,34% DATA: 06/04/2022												
PLANILHA DE RERRATIFICAÇÃO												
5.002.007	Remoção e assentamento de paralelepípedo sobre colchão de areia	m2	1.000,00			1.000,00	19,21		19.210,00	0,00	0,00	19.210,00
5.002.008	Solo-cimento compactado - Traço 1:20, inclusive cimento e areoso comercial	m3				0,00	95,18		0,00	0,00	0,00	0,00
6	DRENAGEM PLUVIAL											
6.001	Locação de rede de drenagem	m				0,00	0,59		2.496,70	0,00	0,00	2.496,70
6.002	Sinalização noturna com tela tapume pvc, balde plástico flação e lâmpada - reutilização 7 vezes	m				0,00	0,99		0,00	0,00	0,00	0,00
6.003	Escavação com retro-escavadeira de pneus, de valas, em material de 1ª categoria até 1,50m de profundidade	m3				0,00	2,86		0,00	0,00	0,00	0,00
6.004	Lastro de vala com preparo de fundo, largura menor que 1,5 m, com camada de areia, lançamento manual, em local com nível alto de interferência. af. 06/2016	m3				0,00	104,90		0,00	0,00	0,00	0,00
6.005	Aploamento manual de fundo de vala	m2				0,00	7,14		0,00	0,00	0,00	0,00
6.006	Reatero manual de valas, com compactação utilizando sépo, sem controle do grau de compactação	m3				0,00	9,31		0,00	0,00	0,00	0,00
6.007	Carga mecânica de material de 1ª categoria	m3				0,00	0,35		0,00	0,00	0,00	0,00
6.008	Descarte de resíduos da construção civil em área licenciada	t				0,00	29,39		0,00	0,00	0,00	0,00
6.009	Transporte com caminhão basculante 10 m³ - rodovia pavimentada (SCIRO 5914389 - rf. jul/2019)	t km				0,00	0,15		0,00	0,00	0,00	0,00
6.010	Caixa de passagem / poço de visita em concreto armado fck=21 mpa, inclusive tampa, dimensões 1,20 x 1,20 x 1,50 m	un				0,00	2.225,72		0,00	0,00	0,00	0,00
6.011	Boca de lobo simples, em alvenaria de tijolos maciços esp = 0,18m, altura até 1,00m - R1	un				0,00	739,69		0,00	0,00	0,00	0,00
6.012	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado ca2 d=0,40 m	m				0,00	34,87		0,00	0,00	0,00	0,00
6.013	Desobstrução de rede de esgotos entre PV's com auxílio de equipamento hidrolato	m				0,00	5,12		0,00	0,00	0,00	0,00
6.014	Desobstrução e limpeza de boca-de-lobo	un				0,00	6,96		0,00	0,00	0,00	0,00
6.015	Recuperação de rede de tubo de concreto armado ca2 d=0,40 m	m				0,00	16,03		0,00	0,00	0,00	0,00
6.016	Recuperação de 50% da rede de tubo de concreto armado ca2 d=1,00 m	m				0,00	92,39		0,00	0,00	0,00	0,00
6.017	Recuperação de calças de passagem em tijolos maciços, dim int. 0,40x0,40x0,60m, sem tampa	un	2,00			2,00	37,40		74,80	0,00	0,00	74,80
6.018	Recuperação de 50% Caixa de passagem / poço de visita em concreto armado fck=21 mpa, inclusive tampa, dimensões internas 1,00 x 1,00 x 1,50 m	un	2,00			2,00	881,03		1.762,06	0,00	0,00	1.762,06
6.019	Recuperação de 50% Boca de lobo simples, em alvenaria de tijolos maciços esp = 0,18m, altura até 1,00m - R1	un	2,00			2,00	329,92		659,84	0,00	0,00	659,84
6.020	Limpeza e teste de redes de esgotos sanitários	m				0,00	0,71		0,00	0,00	0,00	0,00
7	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL											
7.001	SINALIZAÇÃO VERTICAL											
7.001.001	Placa de regulamentação R-1 - hexagonal, (parada obrigatória), padrão dnt, em chapa de aço nº 18, tratada, revestida em película totalmente refletiva, incluso barrote para fixação - fornecimento e instalação	un							5.718,94	8.208,16	5.292,94	8.634,16
									426,00	0,00	0,00	426,00
			4,00			4,00	106,50		426,00	0,00	0,00	426,00

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Engenheiro Civil
 CREA-SE 270032228-2
 Mat. 2015000704

2



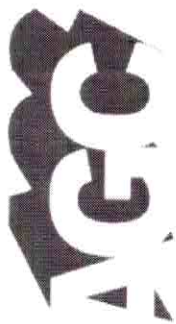
Item	Discriminação dos Serviços	Und	QUANTIDADES			Preço Unit. (R\$)	VALORES (R\$)			CONTRATADO ATUALIZADO
			CONTRATADA	ACRÉSCIMOS	SUPRESSÕES		CONTRATADO ATUALIZADO	ACRÉSCIMO	SUPRESSÕES	
EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO CONTRATADA: AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA										
			INFORMAÇÃO			TABELA RESUMO			DATA: 06/04/2022	
			BDI Utilizado: 23,55%			VALOR CONTRATADO			R\$ 612.553,62	
			Desconto Médio: 24,57%			SUPRESSÕES			R\$ 5.292,94	
			REF. ORSE/SINAPI: OUT/2019			ACRÉSCIMOS			R\$ 8.208,16	
PLANILHA DE RERRATIFICAÇÃO										
7.002	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL									
7.002.001	Pintura setas e zebrado termoplástico - 5 anos (por extrusão)	m²				26,21	0,00	0,00	0,00	0,00
7.002.002	Pintura de faixa c/ termoplástico - 3 anos (p/ aspersão) - Rev 05	m²	270,60			19,56	0,00	0,00	0,00	0,00
7.002.003	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro	m²	0,00	204,27		17,57	0,00	0,00	0,00	0,00
7.002.004	Pintura de piso para execução de faixa de pedestres, com 02 demãos de tinta à base de resina acrílica - R1	m²	0,00	270,60		17,07	0,00	0,00	0,00	0,00
8	MARCO INAUGURAL									
8.001	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50 m	m3					0,00	0,00	0,00	0,00
8.002	Placa de inauguração de obra em alumínio 0,50 x 0,70 m	un				16,25	0,00	0,00	0,00	0,00
8.003	Concreto Armado fck=21,0MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	m3				547,90	0,00	0,00	0,00	0,00
8.004	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado, af 07/2016	m2				837,53	0,00	0,00	0,00	0,00
8.005	Camada impermeabilizadora, espessura = 7,0cm, c/ concreto fck = 15mpa	m2				32,07	0,00	0,00	0,00	0,00
8.006	Acabamento de superfície de piso de concreto com alisamento manual e queima com pigmento "Xadrez" ou similar	m2				14,54	0,00	0,00	0,00	0,00
9	DIVERSOS									
9.001	Limpeza de ruas (varrição e remoção de entulhos)	m²	10.331,38			0,14	10.331,38	0,00	0,00	0,00
TOTAL:							612.553,62	8.208,16	5.292,94	100,00%
PERCENTUAL							100,00%	1,34%	0,86%	100,48%

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Eng.º Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Matr. 2015/000704

AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
 Eng.º CARLOS AUGUSTO SOUZA RIBEIRO JUNIOR - CREANSE 2707081060

Eng.º Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Matr. 2015/000704

**1ª PLANILHA DE ADITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE
PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E
ALEX SILVA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**



ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO

CONTRATADA: AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

CONTRATO: 17/2021

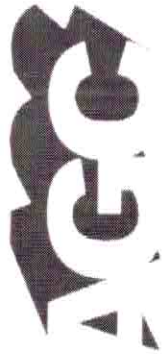
DATA: 06/04/2022

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO DE CUSTO (OUT/2019)	BDI DA LICITAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO ORIGINAL	DESCONTO DA LICITAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO FINAL	VALOR TOTAL	(%)
7.002	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL								8.208,16	100,00%
7.002.003	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro	m²	204,27	18,85	23,55%	23,29	24,57%	17,57	3.589,02	43,73%
7.002.004	Pintura de piso para execução de faixa de pedestres, com 02 demãos de tinta à base de resina acrílica - R1	m²	270,60	18,32	23,55%	22,63	24,57%	17,07	4.619,14	56,27%
	TOTAL DO ORÇAMENTO								8.208,16	100,00%

M. Eduardo Barbosa Oliveira
Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Engenheiro Civil
 CREA-SE 270032228-2
 Matr. 2015000704

Fls. 09
 Rub. con

**MEMORIAL DE CÁLCULO DO 1º ADITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE
PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX
SILVA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**



ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO
CONTRATADA: AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

CONTRATO: 41/2020

DATA: 31/01/2022

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	MEMORIAL DE CÁLCULO
7.002	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL		
7.002.003	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro.	m²	$0,10 \times 3 \times (178,50 + 44,2, 10 + 60,30) = 204,27$
7.002.004	Pintura de piso para execução de faixa de pedestres, com 02 demãos de tinta à base de resina acrílica - R1	m²	270,60

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Engenheiro Civil
 CREA-SE 270032228-2
 Mat. 2015000704

Fls. 10
 2020



OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO.

CONTRATADA: A.G.C. CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO

ITEM	SERVIÇOS	CONTRATO Nº 017/2021	OBRA:	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
				MESES											
		%	TOTAL (R\$)	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
1	CONTRATADOS														
1.1	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO														
1.1.1	ADMINISTRAÇÃO	1,14%	6.989,68	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	0,01%	32,79	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.1.3	FRETE	0,06%	367,50	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.1.4	INSTALAÇÃO DE CAMTEIRO	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.1.5	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO	97,22%	595.501,62	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.1.6	DRENAGEM PLUVIAL	0,41%	2.496,70	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.1.7	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	0,93%	5.718,94	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.1.8	MARCO INALIGURAL	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.1.9	DIVERSOS	0,24%	1.446,39	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	SIMPLES	100,00%	612.553,62	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	ACUMULADO	100,00%	612.553,62	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1	ADITADOS														
1.7	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	100,00%	8.208,16	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	SIMPLES	100,00%	8.208,16	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	ACUMULADO	100,00%	8.208,16	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	SIMPLES	100,00%	8.208,16	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	ACUMULADO	100,00%	8.208,16	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

São Cristóvão/SE, 05 de abril de 2022.

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Engenheiro Civil
 CREA-SE 270032228-2
 Mat. 2015000704

RUB. *[assinatura]*

ORSE

ORÇAMENTO DE OBRAS DE SERGIPE

**Atualize ou faça seu
cadastro clicando aqui!!!**

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

Coleta de Preços Fornecedores Insumos Especificações Serviços Downloads Contato

Composição de Preço de Serviço

Outubro/2019-1

Código	Serviço	Unidade
11688/ORSE	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro	m2

Composição de Preço

Código	Descrição da Composição	Unid	Quant	Custo Unit.	Custo Total
01612/ORSE	Microesferas de vidro tipo i-b para pintura	kg	0,5	11,11	5,56
02216/ORSE	Tinta acrílica rodoviária cor amarela para demarcação de trânsito	l	0,63	10,97	6,91
05318/SINAPI	Diluyente aguarras	l	0,13	12,33	1,60
06111/SINAPI	Servente de obras	h	0,033	4,57	0,15
10549/ORSE	Encargos Complementares - Servente	h	0,033	2,96	0,10
05894/SINAPI	Caminhão toco, peso bruto total 16.000 kg, carga útil máxima de 10.685 kg, distancia entre eixos 4,8m, potencia 189 cv exclusive carroceria - chp diurno. af_06/2014	chp	0,033	112,46	3,71
95133/SINAPI	Máquina demarcadora de faixa de tráfego à frio, autopropelida, potência 38 hp - chp diurno. af_07/2016	chp	0,033	106,43	3,51

Totais

Equipamento	Material	Mão-de-Obra	Enc. Social	Terceiros	Valor Total
0,00	17,45	0,64	0,74	0,02	18,85

Relação Detalhada de Insumos

Código	Descrição do Insumo	Unid	Quant	Custo Unit.	Custo Total
M 37370/SINAPI	Alimentacao - horista (coletado caixa)	h	0,066	2,23	0,15
M 00158/ORSE	Almoço (Participação do empregador)	un	0,0034	10,00	0,03
M 12893/SINAPI	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	par	0	49,20	0,00
E 37761/SINAPI	Caminhão toco, peso bruto total 16000 kg, carga util maximade 10685 kg, distancia entre eixos 4,8m, potencia 189 cv (inclui cabine e chassi, nao inclui carroceria)	un	0	176.829,10	0,00
M 12894/SINAPI	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	un	0	13,32	0,00
M 12895/SINAPI	Capacete de segurança aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	un	0	10,25	0,00
M 02711/SINAPI	Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com camara	un	0	120,00	0,00
M 10492/ORSE	Cesta Básica	un	0,0001	140,00	0,01
M 05318/SINAPI	Diluyente aguarras	l	0,13	12,33	1,60
M 43488/SINAPI	Epi - familia operador escavadeira - horista (encargos complementares - coletado caixa)	h	0,066	0,66	0,04
M 37372/SINAPI	Exames - horista (coletado caixa)	h	0,066	0,35	0,02
S 10517/ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	cj	0	300,00	0,00
M 00941/ORSE	Fardamento com mangas curta	un	0	78,55	0,00
M 43464/SINAPI	Ferramentas - familia operador escavadeira - horista (encargos complementares - coletado caixa)	h	0,066	0,01	0,00
M 12892/SINAPI	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	par	0,0001	9,22	0,00
E 40637/SINAPI	Maquina demarcadora de faixa de trafego a frio, autopropelida, motor diesel 38 hp	un	0	505.925,24	0,00
M 04729/ORSE	Marreta 1 kg com cabo	un	0	18,80	0,00
M 01612/ORSE	Microesferas de vidro tipo i-b para pintura	kg	0,5	11,11	5,56
P 04093/SINAPI	Motorista de caminhao	h	0,0331	15,23	0,50
M 01651/ORSE	Óculos branco proteção	pr	0	5,30	0,00
M 04221/SINAPI	Oleo diesel combustivel comum	l	0,8204	3,74	3,07
P 25960/SINAPI	Operador de demarcadora de faixas de trafego	h	0,0332	16,90	0,56
M 10788/ORSE	Pá quadrada	un	0	17,29	0,00
M 10596/ORSE	Protetor auricular	un	0,0001	4,90	0,00
M 10599/ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	un	0,0001	35,90	0,00
S 10761/ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	un	0,0034	4,50	0,02
M 37373/SINAPI	Seguro - horista (coletado caixa)	h	0,066	0,07	0,00
S 10362/ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	un	0,0001	12,54	0,00
P 06111/SINAPI	Servente de obras	h	0,033	9,81	0,32
M 04728/ORSE	Talhadeira chata 10"	un	0	9,45	0,00
M 02216/ORSE	Tinta acrílica rodoviária cor amarela para demarcação de trânsito	l	0,63	10,97	6,91
M 37371/SINAPI	Transporte - horista (coletado caixa)	h	0,066	0,72	0,05
M 02378/ORSE	Vale transporte	un	0,0031	4,00	0,01

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira

112
Pub: [assinatura]


Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
Engenheiro Civil
CREA-SE 270032228-2
Mat. 2015000704

Fis. 13
Rub. 000

ORSE

ORÇAMENTO DE OBRAS DE SERGIPE

**Atualize ou faça seu
cadastro clicando aqui!!!**

Departamento Estadual de Habitação e Obras Públicas

Coleta de Preços Fornecedores Insumos Especificações Serviços Downloads Contato

Composição de Preço de Serviço

Outubro/2019-1

Código	Serviço	Unidade			
11690/ORSE	Pintura de piso para execução de faixa de pedestres, com 02 demãos de tinta à base de resina acrílica - R1	m2			
Composição de Preço					
Código	Descrição da Composição	Unid	Quant	Custo Unid.	Custo Total
11413/ORSE	Fita crepe automotiva em rolos 24mm x 50m	un	0,1	6,35	0,64
04785/SINAPI	Pintor para tinta epoxi	h	0,6	7,13	4,28
06111/SINAPI	Servente de obras	h	0,3	4,57	1,37
07348/SINAPI	Tinta acrílica premium para piso	l	0,24	11,95	2,87
10549/ORSE	Encargos Complementares - Servente	h	0,3	2,96	0,89
10553/ORSE	Encargos Complementares - Pintor	h	0,6	3,05	1,83
Totais					
Equipamento	Material	Mão-de-Obra	Enc. Social	Terceiros	Valor Total
0,00	5,64	5,65	6,48	0,55	18,32

Relação Detalhada de Insumos

Código	Descrição do Insumo	Unid	Quant	Custo Unid.	Custo Total
M 00158/ORSE	Almoço (Participação do empregador)	un	0,0916	10,00	0,92
M 12893/SINAPI	Bota de segurança com biqueira de aço e colarinho acolchoado	par	0,0007	49,20	0,03
M 12894/SINAPI	Capa para chuva em pvc com forro de poliéster, com capuz (amarela ou azul)	un	0,0002	13,32	0,00
M 12895/SINAPI	Capacete de segurança aba frontal com suspensão de polietileno, sem jugular (classe b)	un	0,0006	10,25	0,01
M 02711/SINAPI	Carrinho de mão de aço capacidade 50 a 60 l, pneu com câmara	un	0,0001	120,00	0,01
M 10492/ORSE	Cesta Básica	un	0,004	140,00	0,56
M 04174/ORSE	Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar	un	0,0003	9,90	0,00
M 11252/ORSE	Escada de alumínio de abrir com 7 degraus	un	0,0001	182,50	0,02
M 04725/ORSE	Espátula	un	0,0002	18,36	0,00
S 10517/ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	cj	0,0003	300,00	0,09
M 00941/ORSE	Fardamento com mangas curta	un	0,0013	78,55	0,10
M 11413/ORSE	Fita crepe automotiva em rolos 24mm x 50m	un	0,1	6,35	0,64
M 12892/SINAPI	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	par	0,0021	9,22	0,02
M 04729/ORSE	Marreta 1 kg com cabo	un	0	18,80	0,00
M 01651/ORSE	Óculos branco proteção	pr	0,0007	5,30	0,00
M 10788/ORSE	Pá quadrada	un	0,0001	17,29	0,00
M 11251/ORSE	Pincel de seda 2"	un	0,0027	25,97	0,07
P 04785/SINAPI	Pintor para tinta epoxi	h	0,6	15,31	9,19
M 10596/ORSE	Protetor auricular	un	0,004	4,90	0,02
M 10599/ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	un	0,0016	35,90	0,06
S 10761/ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	un	0,0916	4,50	0,41
M 11250/ORSE	Rolo lã de carneiro 20cm	un	0,0014	15,90	0,02
S 10362/ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	un	0,004	12,54	0,05
P 06111/SINAPI	Servente de obras	h	0,3	9,81	2,94
M 04728/ORSE	Talhadeira chata 10"	un	0,0001	9,45	0,00
M 07348/SINAPI	Tinta acrílica premium para piso	l	0,24	11,95	2,87
M 10583/ORSE	Trincha 3"	un	0,0027	5,60	0,02
M 02378/ORSE	Vale transporte	un	0,0674	4,00	0,27

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
 Engenheiro Civil
 CREA-SE 270032228-2
 Mat. 2015000704

Fls. 34
 Rub. COO

ORDEM DE SERVIÇO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

CONTRATO Nº 017/2021

OBJETO: OBRAS/SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO.

VALOR: R\$ 612.553,62

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (TRÊS) MESES


CONTRATADA: AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Tendo em vista o **Contrato nº 017/2021**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Cristóvão e a empresa **AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, para prestar as obras/serviços de **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**, de acordo com o Contrato acima citado, fica V.ª Srª cientificada que o prazo para início dos serviços começará a vigorar a partir da presente data.

Cumpre-se

São Cristóvão, 23 de abril de 2021.


AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Contratada


JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura


MARCOS ANTÔNIO DE AZEVEDO SANTANA
Prefeito Municipal



TERMO DE CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2021

Termo de Contrato de Registro de Preços para a execução das obras/serviços de pavimentação asfáltica que firmam o Município de São Cristóvão/SE e a empresa AGC Construções e Empreendimentos Ltda.

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, pessoa jurídica público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na Praça Getúlio, nº 298, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, o **Marcos Antônio de Azevedo Santana**, brasileiro, casado, portador do RG nº 390.813 SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 171.332.895-04, e a empresa **AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.999.591/0001-52, com sede na rua José de Alencar, 916, sala 704, bairro Ilha do Leite, Recife/PE (CEP 50070-475), neste ato por seu representante, o senhor **Carlos Augusto Souza Ribeiro Júnior**, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 1.404.945 SSP/SE e inscrito no CPF nº 017.626.495-78, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **Contrato de Empreitada por Preço Unitário**, sob a sistemática de registro de preços, em conformidade com as normas, diretrizes e julgamentos da **Concorrência nº 001/2020**, da **Ata de Registro de Preços nº 006/2020** e da Lei nº 8.666/93, e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

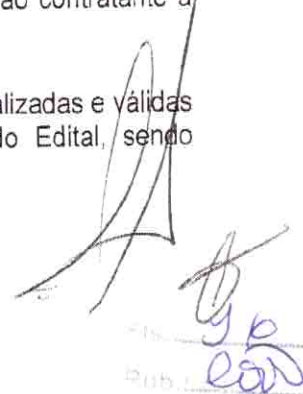
1. DO OBJETO

1.1. A **contratada** se obriga a executar para o **contratante**, sob o regime de empreitada por preço unitário e de acordo com a demanda, as obras/serviços de **pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão**, de acordo com o termo de referência e especificações técnicas do edital da licitação, além das especificações e normas estabelecidas pela ABNT e de acordo com a sua proposta de preços e quantitativos e valores unitários da Ata de Registro de Preços nº 006/2020, com se aqui estivessem transcritos para todos os efeitos.

1.2. Fica expressamente vedada a subcontratação dos serviços, salvo no caso de subcontratação parcial e após expressa autorização ou consentimento do contratante. Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com licitante que tenha participado da licitação.

1.3. O registro de preço e, por conseguinte, o presente contrato não importa em direito subjetivo de quem ofertou o preço registrado exigir a execução de seu objeto, sendo facultada ao contratante a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

1.4. Quando da assinatura deste instrumento, será exigido da contratada as vias atualizadas e válidas dos documentos exigidos e discriminados no item 7.4, alíneas de "c" a "g" do Edital, sendo dispensados se ainda válidos desde a licitação.


Ass: _____
Pub: _____



2. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução dos serviços, o **contratante** pagará à **contratada** uma remuneração calculada sobre os serviços efetivamente executados e aceitos pelo contratante, com base na planilha de quantidades e preços, parte integrante deste instrumento, cujo valor global as partes estimam em **R\$ 612.553,62 (seiscentos e doze mil, quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos)**.

2.2. O pagamento será realizado de acordo com o boletim de medição, acompanhado desse da memória de cálculo dos quantitativos efetivamente executados, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite pelo Fiscal do Contrato.

2.3. As faturas só serão emitidas para pagamento após aprovação dos boletins de medições pela Fiscalização do Município e deve levar em consideração o intervalo de 30 (trinta) dias de execução ou um outro a critério do **contratante**.

2.4. Sendo microempresa ou empresa de pequeno porte optante do Simples Nacional, a Contratada deverá excluir da sua remuneração os valores eventualmente superiores e resultantes de percentuais de PIS, Cofins e ISS de sua planilha de composição de BDI excedentes às alíquotas às quais está obrigada a recolher de acordo com o Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5. Igualmente, tendo em vista a isenção ou a dispensa de recolhimento assegurada no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar, deverá excluir da fatura os respectivos valores das contribuições para o Sesi, Senai, Sebrae, Incra e salário-educação.

2.6. Por isso, as empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar comprovante de recolhimento mensal através do documento único de arrecadação, conforme art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.7. Havendo erro na fatura, recusa de aceitação de serviços pelo **contratante**, ou obrigações da **contratada** para com terceiros, decorrentes da obra, inclusive obrigações sociais ou trabalhistas, que possam prejudicar de alguma forma o **contratante**, o pagamento será susado para que a **contratada** tome as providências cabíveis. O ônus decorrente de sustações correrá por conta da **contratada**.

2.8. O **contratante**, por sua vez, desde que atendidas as exigências supra e na forma de suas disposições internas, efetuará o pagamento da fatura no prazo de 30 (trinta) dias, mediante depósito em conta corrente indicada pela **contratada**, após a apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, condicionada essa ao aceite dos serviços pelo **contratante**.

2.9. As faturas só serão emitidas para pagamento após aprovação dos boletins de medições pela fiscalização e deve levar em consideração o intervalo de 30 (trinta) dias de execução ou um outro a critério do **contratante**.

Fis 37
Fub. 100



2.10. Por ocasião do faturamento, será exigida simultaneamente a apresentação dos comprovantes de recolhimento do INSS, FGTS, ISS e PIS, da cópia da matrícula da obra no CEI junto ao INSS, **nas hipóteses exigidas legalmente**, da cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU; bem como a folha de pagamento relativa ao mês da execução e demais condicionantes fixadas no Decreto Municipal nº 369/2017.

2.12. A Contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato, além dos documentos exigidos acima, para fins de recebimento da última fatura, a baixa da obra junto à respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, se se enquadrar nas hipóteses exigidas em Lei.

2.13. Sem prejuízo do disposto no item 2.11, caberá ao Município de São Cristóvão promover a retenção da parcela do ISSQN, quando e se ainda devido e na forma da legislação do Município da prestação dos serviços, além da retenção da contribuição previdenciária de que trata a Lei 8.212/91 e observados os limites ali impostos.

2.14. O pagamento do item serviço de administração local será realizado de forma proporcional à execução financeira dos serviços.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos financeiros para pagamento dos serviços objetos deste contrato são oriundos do Município de São Cristóvão cujas despesas se encontram consignadas na seguinte dotação: dotação assim especificada: Unidades Orçamentárias: 02051. Classificação Funcional – Programática: 15.451.1077. Projeto Atividade (Ação): 1165. Elemento de Despesa: 4490.51.00.00. Fontes de Recursos: 15300000.

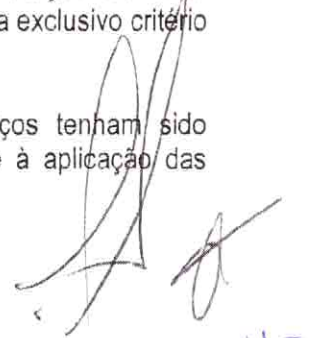
4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, contado da respectiva assinatura.

4.2. O prazo de sua execução de cada demanda, por sua vez, será aquele estimado pelo contratante, de acordo com a complexidade e quantidade, quando da emissão da respectiva ordem de serviço e terá início a partir da notificação à contratada.

4.3. O prazo de que trata o subitem 4.2 acima poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita da **contratada**, por razões justificadas e para qual essa última não tenha dado causa, a exclusivo critério do **contratante**.

4.4. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os serviços tenham sido executados, restará configurado o inadimplemento da **contratada**, sujeitando-se à aplicação das penalidades prevista neste contrato.


Fls. 98
Rub. 2020



4.5. Os serviços deverão ser executados de acordo com as necessidades e demandas da **contratante**.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **contratante** obriga-se a:

5.1. Pagar à **contratada** os valores devidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo de requerimento com a nota fiscal, condicionada essa ao aceite pelo gestor do contrato.

5.2. Após a execução da obra/serviço, verificar sua conformidade quanto ao disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Especificações, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.3. Prestar os devidos esclarecimento e fornecer à **contratada** as informações indispensáveis à execução do objeto.

6. DAS OBRIGAÇÕES SUPLEMENTARES DA CONTRATADA

6.1. Sem prejuízo do quanto mais aqui disposto, constituem obrigações suplementares da **contratada** o seguinte:

a) os serviços serão executados observando-se o cronograma e o prazo a ser estabelecido nas respectivas ordens de serviços e de acordo com o(s) termo(s) de referência(s), projetos e especificações previamente definidas, tudo de pleno conhecimento pela **contratada**, não sendo admitida qualquer alteração, salvo se decorrente de prévio e manifesto consentimento do **contratante**;

b) utilizar maquinários, ferramentas e materiais adequados à perfeita execução dos serviços; além de manter o local dos serviços limpo, com a retirada de entulho, sem que isso implique acréscimo nos serviços contratados;

c) transportar e dar destinação adequada a materiais e equipamentos inservíveis provenientes de descarte e remoção, sem que isso implique acréscimo nos serviços contratados;

d) retirar da obra qualquer empregado ou preposto seu cuja capacidade técnica e permanência seja incompatível e desaconselhável para o local;

e) reparar ou substituir, no prazo de 24h, qualquer equipamento ou material que se mostre defeituoso, inadequado, desgastado ou que esteja operando aquém dos níveis exigidos nas especificações técnicas indicados pela fiscalização;

39
2020



- f) reparar ou refazer, exclusivamente às suas expensas, todo e qualquer serviço ou obra que, durante o contrato ou no prazo de garantia, apresentar erro ou vício de construção, imperfeições ou falhas decorrentes de negligência, imperícia, imprudência ou do emprego de materiais diversos ou de qualidade inferior, sob pena das sanções do contrato e/ou de sua rescisão, além das perdas e danos;
- g) responsabilizar-se pelo pontual e integral pagamento da remuneração de seus empregados, inclusive das eventuais horas extras e dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridades quando devidos, além dos encargos sociais, previdenciários e de seguro, bem como com os custos de material de consumo, de alojamento, de mobilização e desmobilização, respondendo como única empregadora;
- h) garantir aos seus empregados os equipamentos de proteção individual – EPIs estabelecidos nas normas de segurança e medicina do trabalho, treinando-os e exigindo deles o uso efetivo, sem prejuízo da devida fiscalização;
- i) assegurar ao contratante o direito de, a qualquer tempo, analisar sua documentação e verificar seus registros no cumprimento das obrigações legais e contratuais decorrentes desta avença;
- j) indenizar o **contratante** de todo e qualquer prejuízo e despesas resultantes de danos causados às suas instalações ou decorrentes de demandas judiciais ou sanções administrativas, inclusive honorários e custas, que essa última seja obrigada a arcar por ato de responsabilidade daquela primeira e vinculados à execução dos serviços objetos deste contrato;
- k) cumprir as diretrizes e disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Indústria da Construção Civil – PGRCC, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA ou do Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil – PCMAT e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO aos quais se encontra vinculado, atentando-se para as orientações dos profissionais de Segurança do Trabalho;
- l) a **contratada**, se para a execução do objeto houver a necessidade de aquisição de material de jazida diretamente do produtor, deverá apresentar comprovante indicando ter o respectivo fornecedor registro de licença perante o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais e licença de operação
- m) garantir, durante o prazo de cinco anos, a contar do recebimento definitivo da obra, a qualidade dos serviços que executar, respondendo por sua solidez e segurança, na forma do parágrafo único do art. 618 do Código Civil, obrigando-se a **contratada** a efetuar, sem qualquer ônus para o **contratante**, as devidas correções, substituições, reparos e conservações das instalações, primordialmente no que se refere à sua funcionalidade e segurança;
- n) garantir ao **contratante** o livre acesso para a fiscalização dos trabalhos executados, comprometendo-se, ainda, a fornecer as informações, os dados e demais elementos que forem requisitados pelo Município ou por quem lhe fizer às vezes;

20
COR



o) comunicar ao **contratante** a conclusão dos serviços, para fins de vistoria, quando, se for o caso, será a **contratada** notificada para eventual correção;

p) a **contratada** deverá manter durante o prazo de execução todas as condições habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de inadimplemento contratual e consequente rescisão, salvo nesse caso se regularizar a sua situação no prazo que lhe for concedido.

7. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

7.1. A **contratada** assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes daquela execução.

7.2. Não serão admitidos, para efeitos de recebimento, serviços que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas no termo de referência ou nas normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

7.3. Se, após o recebimento, constatar-se que os serviços executados foram entregues em desacordo com a correspondente planilha orçamentária, fora das especificações fixadas ou incompletos, depois da **contratada** ter sido notificada, esta terá o prazo de mais de 10 (dez) dias úteis para iniciar os procedimentos de correção e entregar os serviços num novo prazo fixado pela **Administração** e dentro das referidas especificações, sob pena das sanções previstas no edital e/ou neste contrato.

7.4. O recebimento dos serviços pela fiscalização da **contratante** não exclui a responsabilidade da **contratada** quanto aos vícios ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.5. Com relação ao disposto no artigo 618 do Código Civil, entende-se que o prazo de cinco anos ali referido é de garantia e não de prescrição.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a **contratada** pagará ao **contratante**, a título de cláusula penal, multa equivalente a até **20% do valor total do contrato ou da obrigação não cumprida**, sem prejuízo das demais sanções abaixo cominadas e pagamento das perdas e danos que acarretar ao **Município de São Cristóvão**.

8.2. Além da multa do item 8.1, o **contratado** também estará sujeito à sanção de advertência e/ou de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por um prazo de até 02 (dois) anos; bem como sujeito a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

21
Rub. [initials]



8.3. As sanções acima referidas poderão ser aplicadas de forma cumuladas ou independentes, sendo autorizado ao **contratante**, na hipótese de multa, o devido desconto ou a retenção dos valores que tenha eventualmente tenha a receber a **contratada**.

8.4. Na imposição de multa, respeitado o limite de 20%, observar-se-á o seguinte critério:

a) 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não executados ou sobre a etapa do cronograma físico da obra não cumprido; ou

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução do objeto, ou sobre o valor da parcela da obra não execução, na hipótese de inadimplemento parcial.

8.5. Na hipótese da retenção ou da garantia prestada serem insuficientes, o valor da multa será cobrado judicial, com o acréscimo de correção monetária pelo IPCA e juros de mora de 1% ao mês, desde a data da imposição e notificação da multa.

8.6. O **contratante** poderá considerar rescindido o presente contrato, independente de notificação extrajudicial ou judicial, na hipótese também de inexecução total do contrato ou no caso de transcurso do prazo de execução cuja prorrogação não tenha sido por ela autorizada.

9. DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Sem prejuízo do disposto em Lei, o presente Contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pelo **contratante** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e/ou quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, **respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e o qual a contratada ficará obrigada a aceitar**.

9.2. Na hipótese de supressão, o limite acima estabelecido poderá ser excedido se houver acordo entre as partes. E qualquer que seja o motivo da alteração, a fim de que tenha validade, deve sempre constar do correspondente termo aditivo.

9.3. Para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI ou ORSE não poderá ser reduzida, em favor da contratada, em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

9.4. Assim, tratando-se de alteração contratual para a inclusão de serviços ou itens novos, os preços devem ser apurados levando em consideração os referidos custos unitários do SINAPI ou ORSE, tendo como data base o mês de apresentação das propostas, aplicando em seguida o mesmo percentual de desconto inicialmente concedido. Na hipótese de inexistência daqueles custos unitários, os preços devem



ser apurados mediante cotação junto ao mercado, promovendo-se em seguida o deflacionamento daqueles preços desde à época da cotação até o mês de apresentação da proposta, aplicando em seguida o mesmo percentual médio de desconto concedido inicialmente, segundo as diretrizes do item 9.3..

9.5. O não cumprimento de quaisquer cláusulas ou condições deste contrato, devidamente comprovado, importará na sua rescisão, a critério da parte não inadimplente. Fica, porém, estabelecido que a rescisão dar-se-á imediatamente e sem qualquer aviso extrajudicial ou judicial, nos seguintes casos:

- a) falência ou dissolução da firma contratada;
- b) superveniente incapacidade técnica da contratada, devidamente comprovada;
- c) não recolhimento pela contratada, dentro do prazo determinado, das multas que lhe forem impostas pela contratante;
- d) transferência do contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
- e) por se negar a contratada refazer qualquer trabalho realizado em desacordo com contrato, termo de referência e as especificações gerais e particulares da avença, no prazo que determinar a fiscalização da Contratante;
- f) atraso injustificado da conclusão dos serviços por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

9.6. Fica vedada a subcontratação do objeto do contrato, salvo no caso de subcontratação parcial e após expressa autorização ou consentimento do **contratante**. Não será admitida, de qualquer forma, a subcontratação com licitante que tenha participado do certame.

9.7. Considerar-se-á parte integrante deste contrato, como se nele estivessem transcritos, o edital e seus anexos, além da proposta da licitante vencedora.

10. DO REAJUSTE E DA REVISÃO DO CONTRATO

10.1. Respeitado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura deste contrato, os valores das parcelas contratuais vincendas, observado o cronograma físico-financeiro, poderão ser reajustados anualmente pelo Índice Nacional do Custo da Construção – INCC, Coluna Pavimentação Asfáltica, apurado pela Fundação Getúlio Vargas e divulgado periodicamente pela revista "Conjuntura Econômica".

10.1.1. Em nenhuma hipótese será admitido reajuste com periodicidade inferior àquele intervalo. Além disso, não serão reajustados os valores dos serviços que, por culpa da Contratada, não forem executados dentro do prazo do cronograma físico-financeiro.

10.2. No caso de reformulação do cronograma por ordem e interesse do **contratante**, desde que a **contratada** não tenha contribuído com a paralisação e prorrogação, prevalecerá para fins de reajustamento o cronograma inicial.

PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO



SÃO
CRISTÓVÃO
PREFEITURA

Cidade Mãe de Sergipe

10.3. Não integrarão o cômputo do reajustamento os valores das eventuais aquisições de materiais pelo **contratante**.

10.4. Pretendendo o reajuste e respeitada a periodicidade supra, deverá a **contratada** apresentar a pertinente memória de cálculo para fins de conferência e aprovação pelo **contratante**.

10.5. O reajustamento de preços a que se refere esta cláusula será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = P \times T$$

$$T = \frac{I - I_0}{I_0}$$

$$R = P \times \frac{I - I_0}{I_0}, \text{ onde:}$$

R = é o valor do reajustamento procurado;

P = é o valor da parcela considerada;

T = é a taxa de reajustamento

I₀ = é o índice setorial de preços relacionado à obra/serviço executado (Coluna Pavimentação Asfáltica), informado ou divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas e/ou mensalmente publicado em sua "Revista Conjuntura Econômica", correspondente ao mês da data de abertura das propostas;

I = é o índice setorial de preços relacionado à obra/serviço executado (Coluna Pavimentação Asfáltica), informado ou divulgado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas e/ou mensalmente publicado em sua "Revista Conjuntura Econômica", correspondente ao décimo segundo mês após a data de assinatura do contrato.

10.6. O valor do reajuste de cada fatura será obtido, assim, multiplicando a taxa "T" pelo valor bruto da fatura.

10.7. No referido cálculo, conforme a fórmula descrita nesta Cláusula, somente será admitida 4 (quatro) decimais, sem aproximação ou arredondamentos.

10.8. Enquanto não informado ou divulgado o índice do 12º mês para efeito de definição do "I" de que trata a fórmula acima, o reajuste será obtido levando em consideração o último índice conhecido, cabendo a devida correção, quando informado, divulgado ou publicado o índice definitivo, e encontro de contas correspondente na ocasião do pagamento da fatura subsequente.

10.9. A liquidação de cada parcela, quando houver reajustamento, far-se-á por meio de duas faturas. Uma correspondendo aos valores dos serviços contratados e a outra equivalendo aos valores do reajustamento, deduzindo em qualquer caso os descontos e retenções legais.

10.10. O contrato poderá ser alterado, por acordo das partes, para fins de restabelecimento e consequente manutenção do seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, desde que sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato de princípio, configurando



álea econômica extraordinária e extracontratual. O mês da data de apresentação das propostas será considerado, também, para esse fim, como marco inicial de apuração da variação extraordinária dos custos dos insumos e/ou serviços

10.11. Não terá a **contratada** direito ao reequilíbrio econômico-financeiro se a álea econômica extraordinária e extracontratual, inclusive para os itens da administração local, decorrer de ato ou fato de seu prévio conhecimento ou que deveria saber, até mesmo relacionado a erro ou insuficiência de composição de preços ou de projetos, ou que alguma forma tenha contribuído para sua ocorrência

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O recebimento provisório dos serviços objetos deste contrato dar-se-á pelo engenheiro responsável do **contratante**, que verificará e atestará a fiel execução em parecer escrito, comunicando a **contratada** de tudo a respeito.

11.2. Sucedendo vício ou erro de execução ou de funcionamento, a **contratada** deverá prontamente promover a reparação, sob pena de inadimplemento contratual e das penalidades previstas neste contrato.

11.3. Considerar-se-ão recebidos em definitivos os serviços desde que transcorridos mais de 90 (noventa) dias do recebimento provisório e desde que não tenha havido oposição do contratante quanto aos serviços executados e desde que tenha a contratada efetuada a correção indicada pelo engenheiro/arquiteto responsável.

12. GESTOR DO CONTRATO

12.1. A gerência/fiscalização deste contrato, para todos os efeitos, ficará a cargo de agente público que o contratante indicar ou a substituir.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A **contratada** não poderá transferir, a qual título for ou por qualquer instrumento, os direitos e as obrigações decorrentes desta avença, nem caucioná-los, sem o expresse consentimento do contratante.

13.2. Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcritos, o edital da Concorrência nº 001/2020 e seus anexos, a Ata de Registro de Preços nº 006/2020, além da proposta ofertada pela contratada e anexos.

13.3. Nenhuma das disposições deste instrumento poderá ser considerada renunciada ou alterada, salvo aquelas decorrentes de instrumento aditivo. O fato de uma das partes eventualmente tolerar a

PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO




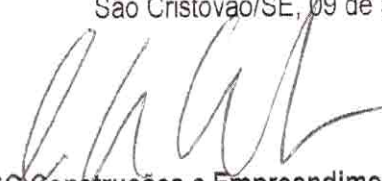
falta ou descumprimento de obrigações pela outra não importará em sua alteração nem configurará novação, ficando mantido o direito de se exigir da parte faltosa ou inadimplente, a qualquer tempo, a regularização da falta ou o cumprimento integral da obrigação.

14. DO FORO DE ELEIÇÃO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Cristóvão para dirimir as controvérsias eventualmente advindas da interpretação desta avença, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo firmadas, assinam o presente instrumento em duas vias e de igual teor, para todos os efeitos.


Município de São Cristóvão
Marcos Antônio de Azevedo Santana
Contratante

São Cristóvão/SE, 09 de abril de 2021.

AGC Construções e Empreendimentos Ltda.
Carlos Augusto Souza Ribeiro Júnior
Contratada

ORDEM DE REINÍCIO

OBJETO: SERVIÇOS/OBRAS DE “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO”.

EMPRESA CONTRATADA: AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Tendo em vista o **Contrato de nº 17/2021**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Cristóvão e a empresa **AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, vimos através desta, comunicar que estabelecemos o dia 25 de outubro de 2021, para reinício da execução dos serviços de “pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, Bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão”.

São Cristóvão, 25 de outubro de 2021.


AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Contratada


JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura

2º TERMO DE PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS


OBJETO: SERVIÇOS/OBRAS DE “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO”.

EMPRESA CONTRATADA: A.G.C CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

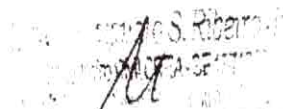
NÚMERO DO CONTRATO: 17/2021.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura faz saber a empresa **A.G.C CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, que ficam paralisados até segunda ordem a execução dos Serviços/Obras de Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedo das Ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, Bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão, objeto do contrato nº 17/2021, em virtude da análise da substituição dos serviços de sinalização horizontal, cujos itens são “Pintura setas e zebrado termoplástico – 5 anos (por extrusão)” e “Pintura de faixa c/ termoplástico – 3 anos (p/ aspensão) – Ver 05”.

São Cristóvão 24 de novembro de 2021.



JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura



A.G.C CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Empresa Contratada



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: A.G.C CONSTRUCOES & EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 00.999.591/0001-52

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:53:07 do dia 10/01/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/07/2022.

Código de controle da certidão: **74B0.AD04.3AED.6588**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. 29
Rub. 000

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 00.999.591/0001-52**Razão Social:** AGC CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA**Endereço:** R JOSE DE ALENCAR 916 SALA 704 / ILHA DO LEITE / RECIFE / PE /
50070-475

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

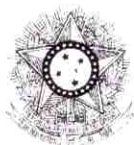
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/04/2022 a 12/05/2022**Certificação Número:** 2022041300444609845882

Informação obtida em 27/04/2022 09:58:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

FIS. 30
Rub. 000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: A.G.C CONSTRUCOES & EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 00.999.591/0001-52
Certidão n°: 1002507/2022
Expedição: 13/01/2022, às 08:27:26
Validade: 11/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **A.G.C CONSTRUCOES & EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 00.999.591/0001-52, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certidão Negativa Débitos Fiscais

1. Denominação Social/Nome

AGC CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA

2. CMC

336.335-0

3. Endereço

RUA JOSE DE ALENCAR, 916 SALA 0704SALA 0704
BAIRRO ILHA DO LEITE, CEP 50070-475, RECIFE-PE

4. CNPJ/CPF

00.999.591/0001-52

5. Atividade Econômica

4319-30-0 SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4313-40-0 OBRAS DE TERRAPLENAGEM
99-59-9 OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
0810-00-6 EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO
0810-09-9 EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS E OUTROS MATERIAIS PARA CONST E BENEF ASSOCIADO
4110-70-0 INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
6810-20-1 COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS
4222-70-1 CONST DE REDES DE ABAST DE ÁGUA, COL DE ESGOT E CONST CORREL, EXC OBRAS DE IRRIGA
3811-40-0 COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
7732-20-1 ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXC ANDAIMES
4211-10-1 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
6810-20-2 ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS
4120-40-0 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
7112-00-0 SERVIÇOS DE ENGENHARIA

6. Descrição

Certifico, de acordo com a legislação em vigor e em conformidade com os registros cadastrais / fiscais, nesta data, que o contribuinte de que trata a presente certidão está regularizado com o erário municipal no que concerne aos lançamentos relativos aos tributos municipais.

7. Ressalva

* * * * *

8. Validade/Autenticidade

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua expedição e sua autenticidade deverá ser confirmada na página portalfinancas.recife.pe.gov.br/certidoes

Certidão equivalente ao Certificado de Regularidade Fiscal, nos termos da Lei 8.666/93 e abrange as esferas administrativa e judicial (dívida ativa)

A Prefeitura do Recife poderá cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que vierem a ser apuradas.

9. Código de Autenticidade

287.4374.8995

10. Expedida em

Recife, 12 de ABRIL de 2022

11. Certidão emitida com base nos pagamentos registrados até

05 de ABRIL de 2022

Recife, 12 de ABRIL de 2022



CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2022.000002322449-51

Data de Emissão: 12/04/2022

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 00.999.591/0001-52

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **10/07/2022** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.



PEDIDO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO			PCS Nº /2021	
Item	Quantidade	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO DAS RUAS TERÉSIO MOREL, MARIA DO CARMO SILVA E ALEX SILVA, BAIRRO ROSA MARIA, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO	R\$ 8.208,16	R\$ 8.208,16
TOTAL ESTIMADO				R\$ 8.208,16
Prazo de Execução:	12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação.			
Local(is) de prestação:	Bairro Rosa Maria, município de São Cristóvão/SE.			
Periodicidade da medição dos serviços:	<input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Outros:			
Prazo de Pagamento:	O pagamento ocorrerá de acordo com as medições, efetuando o autorizo nas aludidas e posteriormente encaminhamento a SEMFAZ.			
Garantia dos serviços: (Informar o prazo mínimo)	Responsabilidade do Contratado.			
Existência de materiais ou produtos incluídos no escopo do serviço?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Quais? Detalhado na Planilha de Aditivo <input type="checkbox"/> Não.			
Garantia e/ou assistência técnica em materiais ou produtos: (Informar o prazo mínimo)	Responsabilidade do Contratado			

São Cristóvão, 25 de abril de 2022

JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura

AUTORIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

PCS Nº

/2021

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL – PROGRAMÁTICA	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
02051	15.451.0013	1703	44905100	17040000

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a abertura de processo, para a solicitação do 2º Termo Aditivo de Valor ao contrato nº 17/2021, cujo objeto é a execução das Obras/Serviços de Pavimentação Asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão.

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Apresentamos a seguir as razões que nos levam a entender viável e justificada a solicitação de aditivo de valor do supracitado contrato:

O orçamento, como parte integrante do contrato, é o elemento de aferição da execução da obra, sendo por seu intermédio, realizadas as medições e pagamentos. É, portanto, um documento que deve estar permanentemente atualizado durante a validade do contrato.

Os serviços inicialmente previstos em planilha não atenderam a real necessidade da obra, conforme ilustrado no quadro 01.

Houve a necessidade da inclusão de serviços novos, demonstrados no quadro 02.

Os serviços do quadro 01 foram substituídos pelos serviços do quadro 02 (7.002 Sinalização Horizontal), conforme motivo alegado pela empresa contratada através de ofício que atualmente no mercado local não consegue nenhuma empresa para execução da pintura termoplástica, sendo que a empresa que realiza o serviço é sediada fora do Estado e somente realiza por uma metragem mínima estabelecida. Em e-mail enviado a empresa prestadora de serviços de pintura termoplástica, o representante informa que a viabilidade dos serviços é avaliada quantitativamente em m², onde em uma baixa quantidade de serviço o deslocamento da equipe fica inviável.

São Cristóvão, 25 de abril de 2022



JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura

FIS. 36
Rub. COB



Processo:

Assunto: 2º Termo Aditivo de Valor ao contrato nº 17/2021, cujo objeto é a execução das Obras/Serviços de Pavimentação Asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão.

Senhor Diretor de Licitações e Contratos,

Em atendimento ao disposto no art. 65, da Lei nº 8.666/1993, informamos a Vossa Senhoria a existência de crédito orçamentário e financeiro para atender a despesa de que trata o presente processo, no valor de **RS 8.208,16**.

A despesa será consignada à seguinte Dotação Orçamentária:

A. Unidade Orçamentária:	02051
B. Fonte de Recursos:	17040000
C. Programa de Trabalho	15.451.0013
D. Projeto/Atividade/Denominação:	1703
E. Elemento de Despesa:	44905100

São Cristóvão, 25 de abril de 2022

JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura

Fls.: 37
Rub.: 0010

DECLARAÇÃO SOBRE AUMENTO DE DESPESA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	 SÃO CRISTÓVÃO PREFEITURA Cidade Mãe de Sergipe
DECLARAÇÃO SOBRE AUMENTO DE DESPESA	PCS Nº /2021
DECLARAÇÃO SOBRE AUMENTO DE DESPESA	
<p>Declaro, para os fins dispostos no Inciso II do Art. 16 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o aumento da Despesa decorrente do 2º Termo Aditivo de Valor ao contrato n.º 17/2021, cujo objeto é a execução das Obras/Serviços de Pavimentação Asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e é compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p>	

São Cristóvão, 25 de abril de 2022



JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura



DECLARAÇÃO SOBRE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Declaro, para os fins do disposto no **Inciso I do Art. 16 da Lei Complementar nº. 101**, de 04 de maio de 2000 (*Lei de Responsabilidade Fiscal*), que a estimativa de impacto orçamentário-financeiro da contratação pretendida, sobre a Previsão de Repasse para o exercício de 2022, em que ocorrerá a despesa do presente procedimento licitatório, é a seguinte:

$$IC = \frac{VEC}{ROF} \times 100 = X \%$$

IC – Índice de comprometimento orçamentário-financeiro da despesa;

VEC – Valor estimado da contratação p/ este exercício;

ROF – Previsão de repasse orçamentário-financeiro anual relativo à fonte de recurso

X – Percentual obtido.

Fonte 17040000: $IC = \frac{R\$ 8.208,16}{R\$ 1.074.132,97} \times 100 = 0,76\%$

São Cristóvão, 25 de abril de 2022

JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretário Municipal de Infraestrutura



Nossa Senhora do Socorro, 05 de abril de 2022


À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVÃO – SERGIPE
SEMINFRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
ATT. ENG. CARLOS EDUARDO
ENG. FISCAL
SÃO CRISTOVÃO-SE

Prezado Senhor (a),

Devido a falta de empresas, no estado de Sergipe, que possam executar os serviços de "Pintura Termoplástica", a **AGC Construções e Empreendimento** vem por meio deste solicitar a substituição do serviço descrito anteriormente pelo serviço de "Pintura Acrílica a base d'água". Vale ressaltar que a empresa mais próxima apta a executar os serviços de "Pintura Termoplástica", se encontra no Estado de Pernambuco, cidade de Recife, tornando inviável economicamente devido a baixa quantidade de pintura a ser executada.

Face o exposto, aguardamos o deferimento do pedido.

Atenciosamente,


Carlos Augusto S. Ribeiro, Jr.
Engenheiro Civil - SERGIPE - SEMINFRA
AGC Construções e Empreendimentos Ltda

AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

BR-235 Km 11 S/N, Loteamento Jardim Santa Inês, Nossa Senhora do Socorro-SE
CNPJ: 00.999.591/0004-03

40
EWA

Zimbra**carlos.oliveira@saocristovao.se.gov.br****RE: Quantitativos Mínimos**

De : Roney Angelo
<roney.engenharia@snacional.com.br>

Qui, 31 de mar de 2022 10:04

Assunto : RE: Quantitativos Mínimos

Para : Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
<carlos.oliveira@saocristovao.se.gov.br>

Boa dia,

Em resposta a seu e-mail os serviços de sinalização termoplástica são medidos por m2, porem para que haja viabilidade nos serviços devem ser avaliados qual tipo de serviços se manual ou mecanizado.

- Além disso as quantidades também influem, pois se tivermos uma quantidade muito pequena para um deslocamento da equipe e equipamento fica inviável, pois a mobilização e custos operacionais deste equipamento é bastante dispendioso.

sds

De: Carlos Eduardo Barbosa Oliveira <carlos.oliveira@saocristovao.se.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 30 de março de 2022 10:57

Para: Roney Angelo <roney.engenharia@snacional.com.br>

Assunto: Quantitativos Mínimos

- Caro Sr. Roney,

Bom dia, me chamo Eduardo e trabalho na Prefeitura Municipal de São Cristóvão/SE como engenheiro civil, conforme contato telefônico, gostaria de uma informação da empresa a respeito da forma como é feita a contratação com vocês, se existe uma metragem quantitativa mínima que vocês trabalham como procedimento padrão da empresa. Aguardo retorno.

Att.

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
Engenheiro Civil da SEMINFRA de São Cristóvão

De : Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
<carlos.oliveira@saocristovao.se.gov.br>

Qua, 30 de mar de 2022 10:57

Assunto : Quantitativos Mínimos

Para : roney engenharia
<roney.engenharia@snacional.com.br>

Caro Sr. Roney,

Bom dia, me chamo Eduardo e trabalho na Prefeitura Municipal de São Cristóvão/SE como engenheiro civil, conforme contato telefônico, gostaria de uma informação da empresa a respeito da forma como é feita a contratação com vocês, se existe uma metragem quantitativa mínima que vocês trabalham como procedimento padrão da empresa. Aguardo retorno.

Att.

Carlos Eduardo Barbosa Oliveira
Engenheiro Civil da SEMINFRA de São Cristóvão



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO

PRACA SAO FRANCISCO, SN - CENTRO
São Cristóvão - SE
C.N.P.J.: 13.128.855/0001-44

Solicitação / Reserva de Dotação

ABRIL/2022

Tipo: Demais Processos

Situação: Aprovada

SOLICITANTE

Órgão: 02000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO
Responsável: JULIO NASCIMENTO JUNIOR
Cadastrado por: CARLYANE DOS SANTOS
Aprovado por: Emerson Almeida do Nascimento
Ped. Compra: Não

SD Nº: 376 / 2022
Data: 26/04/2022
Reservado: 8.208,16
Processo:
Reg. de Preço: Não

CLASSIFICAÇÃO

Órgão: 02000 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO
Unid. Orçamentária: 02051 SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - SEMINFRA
Função: 15 Urbanismo
SubFunção: 451 Infraestrutura Urbana
Programa: 0013 SÃO CRISTÓVÃO MAIS ESTRUTURADA E CIDADÃ
Ação: 1703 RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS
Natureza de Despesa: 44905100 Obras e Instalações
SubElemento: 44905103 Obras E/ou Edificações Para Uso Comum do Povo
Fonte: 17040000 Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural
Centro Custo: 6 SEMINFRA
Base Legal: 33 Concorrência, Art.22, Inciso I, Lei 8.666/93

Objeto: 2º Termo Aditivo de Valor ao contrato nº 17/2021, cujo objeto é a execução das Obras/Serviços de Pavimentação Asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão.
Percentual de acréscimo: 1,34%

Justificativa: O orçamento, como parte integrante do contrato, é o elemento de aferição da execução da obra, sendo por seu intermédio, realizadas as medições e pagamentos. É, portanto, um documento que deve estar permanentemente atualizado durante a validade do contrato. Os serviços inicialmente previstos em planilha não atenderam a real necessidade da obra, conforme ilustrado no quadro 01. Houve a necessidade da inclusão de serviços novos, demonstrados no quadro 02. Os serviços do quadro 01 foram substituídos pelos serviços do quadro 02 (7.002 Sinalização Horizontal), conforme motivo alegado pela empresa contratada através de ofício que atualmente no mercado local não consegue nenhuma empresa para execução da pintura termoplástica, sendo que a empresa que realiza o serviço é sediada fora do Estado e somente realiza por uma metragem mínima estabelecida. Em e-mail enviado a empresa prestadora de serviços de pintura termoplástica, o representante informa que a viabilidade dos serviços é avaliada quantitativamente em m², onde em uma baixa quantidade de serviço o deslocamento da equipe fica inviável.

FORNECEDOR/PARTICIPANTE

Nome: A.G.C CONSTRUCOES & EMPREENDIMENTOS LTDA
Endereço: R JOSE DE ALENCAR
Bairro: ILHA DO LEITE
E-Mail: leonardo@novatecltda.com.br

Compl: SALA 704
Cidade: Recife
Telefone: (81)33225-522

CNPJ/CPF: 00999591000152
UF: PE
RG:

DADOS BANCÁRIOS

Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. **Agência:** 1836-8 **Conta:** 148055-3

Produto/Serviço	Und.	Qtd.	Estimado	Total
8461 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS	UND	1,00	8.208,16	8.208,16
			Valor Reservado:	8.208,16

PARECER

Conforme atribuições insculpidas no art. 74 da Constituição Federal e reproduzidas no art. 18 da Lei Complementar Municipal n. 47/2017, a Controladoria Geral do Município analisa esta SD (instrumento tecnológico de controle prévio adotado pela gestão municipal, encaminhado na deflagração do processo de contratação pública) em seus aspectos financeiro, orçamentário e contábil, a partir dos documentos constantes em anexo na data em que é encaminhado pela Secretaria/Setor responsável.

Neste sentido, são objeto de análise pela equipe técnica desta Secretaria de Controle Interno os seguintes itens:

- Descritividade dos elementos do Termo de Referência ou do Projeto Básico, inclusive objeto, condições de contratação, justificativa e itens, conforme o caso;
- Existência de disponibilidade orçamentária para deflagração do processo de contratação pública;
- Regularidade fiscal do pretenso contratado, quando for possível identificá-lo desde a deflagração do processo de contratação pública;
- Verificação da existência de contratação vigente que possa caracterizar fracionamento de despesa;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO

PRACA SAO FRANCISCO, SN - CENTRO
São Cristóvão - SE
C.N.P.J.: 13.128.855/0001-44

Solicitação / Reserva de Dotação
ABRIL/2022

Tipo: Demais Processos

Situação: Aprovada

SOLICITANTE

Órgão: 02000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVÃO
Responsável: JULIO NASCIMENTO JUNIOR
Cadastrado por: CARLYANE DOS SANTOS
Aprovado por: Emerson Almeida do Nascimento
Ped. Compra: Não

SD Nº: 376 / 2022
Data: 26/04/2022
Reservado: 8.208,16
Processo:
Reg. de Preço: Não

- e) Existência e regularidade dos documentos para habilitação do pretense contratado;
f) Adequação da dotação orçamentária selecionada pela Secretaria/Setor responsável em seu aspecto contábil;
g) Consistência da pesquisa de mercado realizada pela Secretaria/Setor responsável, inclusive os orçamentos anexados, a busca ao banco de preços e os valores apresentados, exceto quando, no que diz respeito aos valores, em razão do caráter técnico-científico do objeto da pretensa despesa, não seja possível sua análise.
Sob estes aspectos, entende-se pela possibilidade de prosseguimento do processo de contratação, devendo-se manter, em suas demais fases e até a execução da despesa pública, a devida observância aos ditames legais próprios do objeto pretendido, além daqueles contidos na Lei n. 8.666/93 e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

JULIO NASCIMENTO JUNIOR
SECRETARIO M DA INFRAESTRUTURA SEMINFRA
Mat.2015000745

Essa despesa foi devidamente reservada

Autorizo a solicitação da despesa

Solicitada: 26/04/2022

Aprovada 26/04/2022

São Cristóvão/SE, 26 de abril de 2022.

Ofício nº 363/2022/SEMINFRA/PMSC

Ao Senhor
ELDRO CARDOSO DA FRANÇA
Presidente do CRAFI

Assunto: Solicitação de Aprovação de Despesa

Senhor Presidente,

A Prefeitura Municipal de São Cristóvão por intermédio da sua Unidade Orçamentária **02051 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA**, solicita a este Conselho a análise e possível aprovação da despesa referente a **solicitação do 2º Termo Aditivo de Valor ao contrato nº 17/2021, cujo objeto é a execução das Obras/Serviços de Pavimentação Asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão.**


JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR
Secretaria Municipal de Infraestrutura



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO

Ano VI - Nº 1.528 - Edição de Segunda-feira, 02 de Maio de 2022

PODER EXECUTIVO	
PREFEITO DO MUNICÍPIO MARCOS ANTÔNIO DE AZEVEDO SANTANA	
Vice-PREFEITO DO MUNICÍPIO PAULO ROBERTO DE SANTANA JUNIOR	
SEGOV-Secretaria Municipal de Governo e Relações Comunitárias PAOLA RODRIGUES DE SANTANA (SECRETÁRIA - INTERINA)	
SEMAZ-Secretaria Municipal da Fazenda ELDRIO CARDOSO DA FRANÇA	
SEPLOG-Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão JOSENITO OLIVEIRA SANTOS	
SEMINFRA-Secretaria Municipal de Infraestrutura JÚLIO NASCIMENTO JUNIOR	
SEMSURB-Secretaria Municipal de Serviços Urbanos GENIVALDO SILVA DOS SANTOS	
SEMAP-Secretaria Municipal do Meio Ambiente, da Agricultura e Pesca EDMILSON SANTOS BRITO	
SEMEL: Secretaria Municipal do Esporte e Lazer KLEWERTON JOSÉ SIQUEIRA SANTOS	
PGM-Procuradoria Geral do Município ALINE MAGNA CARDOSO BARROSO LIMA	
CGM-Controladoria Geral do Município PRISCILA DO NASCIMENTO SANTOS (SECRETÁRIA - CHEFE INTERINA)	
SEMED-Secretaria Municipal de Educação QUITERIA LUCIA ARAÚJO DE BARROS	
SMS-Secretaria Municipal de Saúde FERNANDA RODRIGUES DE SANTANA GÓES	
SEMAST-Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho LUCIANNE ROCHA LIMA	
SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto CARLOS ANTÔNIO SOARES DE MELO	
FUMCTUR-Fundação Municipal de Cultura e Turismo "João Bebe Água" PAOLA RODRIGUES DE SANTANA	
SMTT-Superintendência Municipal de Trânsito e Transportes NILTON JOSÉ DOS SANTOS	

EXECUTIVO

AVISO DE LICITAÇÃO
(Processo nº 002.2022.0106/PMSC)

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2022

OBJETO: seleção da melhor proposta visando a contratação de empresa especializada para a execução das obras e serviços de reestruturação do acesso ao "Cristo Redentor", neste Município de São Cristóvão/SE.

Data/horário: 18 de maio de 2022, às 9h.

Prazo de Execução: 04 (quatro) meses.

Tipo: menor preço global.

Regime de Execução: empreitada por preço unitário

Recursos Orçamentários: Unidade Orçamentária: 02051. Classificação Funcional - Programática: 15.451.0013. Projeto Atividade: 1706. Elemento de Despesa: 4490.51.00.00. Fonte de Recursos: 17040000

Base Normativa: Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, além das demais normas correlatas.

Número do Parecer: PGM Nº 438/2022 **CRAFI:** Resolução nº 005/2022

Valor Máximo do Contrato: R\$ 763.158,45

Informações: o edital, os demais documentos e informações a respeito desta licitação poderão ser obtidos perante a Comissão Especial de Licitação, no endereço da rua Messias Prado, nº 70. São Cristóvão/SE, fone: (79) 99610-6944, no horário das 8h às 14h, ou através do site da Prefeitura de São Cristóvão com o seguinte endereço eletrônico: www.saocristovao.se.gov.br ou através do email: licitacaosc.obras@gmail.com.

São Cristóvão/SE, 28 de abril de 2022.

José Robson Almeida Santos
Presidente da Comissão Especial de Licitação

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2022, DO CONSELHO DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL- DIA 28 DE ABRIL DE 2022.

No vigésimo oitavo dia de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, na sala de reunião da Secretaria Municipal da Fazenda, reuniram-se os Membros do CRAFI: Eldro Cardoso da França, Presidente, Secretário da Fazenda; Josenito Oliveira Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão; Aline Magna Cardoso Barroso Lima, Procuradora Geral, Paola Rodrigues de Santana - Secretária de Governo e Relações Comunitárias - Interina; Priscila do Nascimento Santos - Secretária - Chefe Interina do Controle Interno e Glória Stephany Santos de Oliveira. O Presidente iniciou a reunião esclarecendo que as deliberações do Conselho objetiva melhor controlar as despesas, em face a capacidade orçamentário-financeira do Município. Ato contínuo, passou a deliberar a pauta;

1. Ofício nº 0369/2022/SEMINFRA/PMSC, 27/04/2022: reavaliação da solicitação de análise e aprovação de despesa submetido da 7ª reunião do conselho, através do ofício nº 174/2022, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil para fornecimento e instalação de vinte e quatro abrigos modulares para paradas de ônibus, neste Município;

2. Ofício nº 0370/2022/SEMINFRA/PMSC, 27/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para alteração quantitativa por necessidade da modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo de serviço e/ou material no Contrato nº 32/2021, processo nº 02.2022.0114/PMSC, cujo objeto é serviços/obras de pavimentação asfáltica de rodovia que interliga a sede ao povoado pedreiras neste Município;

3. Ofício nº 0361/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 37/2020, processo nº 002.2022.0033/PMSC, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços/obras de pavimentação asfáltica e granítica, além de drenagem pluvial de ruas do bairro Rosa Maria neste Município;

4. Ofício nº 364/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para alteração contratual através de reajuste do valor do Contrato nº 41/2020, processo nº 001.2021.0259/PMSC, cujo objeto é contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo em diversas ruas neste Município;

5. Ofício nº 363/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para alteração contratual através de reajuste do valor do Contrato nº 17/2021, processo nº 002.2022.0048/PMSC, cujo objeto é contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex silva no bairro Rosa Maria neste Município;

6. Ofício nº 373/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de dispensa emergencial nº 0013.2022, processo de nº 002.2022.0100/PMSC, cujo objeto é contratação de empresa especializada em facilities incluindo mão de obra especializada e dedicada a serviços do município, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município;

7. Ofício nº 374/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 56/2021, processo nº 002.2022.0102, cujo objeto é contratação de empresa especializada em facilities incluindo mão de obra especializada e dedicada a serviços do município, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município;

Ofício nº 236/2022/SEMAST/GS, 27/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 04/2020, processo nº 002.2022.00009/SEMAST, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente a acesso dedicado a internet, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social;

8. Ofício nº 879/2022/SEMED/GS, 20/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 30/2020, processo nº 002.2022.00023, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente a acesso dedicado a internet, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação;

9. Ofício nº 932/2022/SEMED/GS, 22/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para abertura de processo seletivo simplificado para cargos de motorista e motorista de transporte escolar, para atender as necessidades da rede municipal de ensino;

10. Ofício nº 502/2022/SEPLOG/GS, 25/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 23/2020, processo nº 002.2022.00065/PMSC, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente acesso dedicado a internet, para atender as necessidades da Prefeitura;

11. Ofício nº 523/2022/SEPLOG/GS, 27/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro nº 60/2021, processo nº 002.2022.0124/PMSC, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de gás GLP e vasilhames de botijão, para atender as necessidades da Prefeitura;

12. Ofício nº 504/2022/SEPLOG/GS, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 03/2022, processo nº 002.2022.0105/PMSC, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de ferramenta de pesquisa e composição de preços praticados pela administração pública com sistema de pesquisa baseado em licitações, para atender as necessidades da Prefeitura;

13. Ofício nº 75/2022/SAAE, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 05/2020, processo nº 002.2022.00017/SAAE, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente acesso dedicado a internet, para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto;

14. Ofício nº 155/2022/FUMCTUR, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 23/2020, processo nº 002.2022.015, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente acesso dedicado a internet, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Cultura e Turismo João Bebe Água;

15. Ofício nº 767/2022/DCC/DAF/SMS, 22/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 96/2019, processo nº 002.2022.118, cujo objeto é contratação de pessoa física referente a prestação de serviços técnicos de enfermagem, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

16. Ofício nº 769/2022/DCC/DAF/SMS, 22/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 65/2018, processo nº 002.2022.119, cujo objeto é contratação de pessoa física referente a prestação de serviços técnicos de enfermagem, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

17. Ofício nº 110/2022/SEMSURB, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para abertura de processo de inexigibilidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transbordo, transporte e destinação final de resíduos classe II, para atender as necessidades do Município;

18. Ofício nº 87/2022/SEMFAZ, 27/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência do Contrato nº 23/2019, processo nº 002.2022.00064/PMSC, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de licença de uso de software, suporte técnico para atender as necessidades da Administração Tributária do Município;

19. Ofício nº 1007/2022/SEMED/GS, 28/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para adesão parcial da ata de registro de preço nº 76/2021, processo nº 02.2022.0025, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviço de digitalização para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação;

20. Ofício nº 158/2022/FUMCTUR, 26/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa para prorrogação da vigência da ata de registro de preço nº 25/2021, processo nº 002.2022.016, cujo objeto é contratação de empresa especializada em digitalização, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Cultura e Turismo João Bebe Água;

21. Ofício nº 1025-A/2022/GP/PMSC/SE, 27/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa através da dispensa de licitação nº 16/2022, processo nº 002.2022.021/GP/PMSC/SE, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica, destinada a locação de imóvel para funcionamento do paço municipal neste município;

22. Ofício nº S/n/2022/SEMSURB, 01/04/2022: solicitação de análise e aprovação de despesa, despesa para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 24/2021, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços desobstrução e recuperação de estradas vicinais e demolições neste Município.

RESOLUÇÃO Nº 08/2022

Art. 1º. **DELIBERAÇÃO** dos seguintes requerimentos:

1. Ofício nº 0369/2022/SEMINFRA/PMSC, 27/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia civil para fornecimento e instalação de vinte e quatro abrigos modulares para paradas de ônibus, neste Município, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 252/2022, do dia 25/02/2022 e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

2. Ofício nº 361/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços/obras de pavimentação asfáltica e granítica, além de drenagem pluvial de ruas do bairro Rosa Maria neste Município, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 374/2022, do dia 22/02/2022 e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

3. Ofício nº 0370/2022/SEMINFRA/PMSC, 27/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é serviços/obras de pavimentação asfáltica de rodovia que interliga

a sede ao povoado Pedreiras neste Município, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 378/2022, do dia 26/04/2022 e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

4. Ofício nº 236/2022/SEMAST/GS, 27/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, a prorrogação da vigência do Contrato nº 04/2020, processo nº 002.2022.00009/SEMAST, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente a acesso dedicado a internet, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 100/2022, do dia 07/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

5. Ofício nº 155/2022/FUMCTUR, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente acesso dedicado a internet, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 39/2022, do dia 13/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

6. Ofício nº 75/2022/SAAE, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente acesso dedicado a internet, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 42/2022, do dia 06/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

7. Ofício nº 879/2022/SEMED/GS, 20/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente acesso dedicado a internet, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 133/2022, do dia 11/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

8. Ofício nº 502/2022/SEPLOG/GS, 25/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços referente acesso dedicado a internet, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 356/2022, do dia 07/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

9. Ofício nº 87/2022/SEMFAZ, 27/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de licença de uso de software, suporte técnico, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 358/2022, do dia 12/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

10. Ofício nº 767/2022/DCC/DAF/SMS, 22/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de pessoa física referente a prestação de serviços técnicos de enfermagem, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da

despesa (reserva de dotação nº 499/2022, do dia 19/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

11. Ofício nº 769/2022/DCC/DAF/SMS, 22/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de pessoa física referente a prestação de serviços técnicos de enfermagem, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 501/2022, do dia 19/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

12. Ofício nº 110/2022/SEMSURB, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transbordo, transporte e destinação final de resíduos classe II, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 365/2022, do dia 13/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

13. Ofício nº 1007/2022/SEMED/GS, 28/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviço de digitalização, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 148/2022, do dia 27/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

14. Ofício nº 158/2022/FUMCTUR, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviço de digitalização, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 41/2022, do dia 27/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

15. Ofício nº 523/2022/SEPLOG/GS, 27/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em fornecimento de gás GLP e vasilhames de botijão, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 388/2022, do dia 27/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

16. Ofício nº 932/2022/SEMED/GS, 22/04/2022: ANALISADA e NÃO APROVADA por unanimidade, tendo em vista, ausência de comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

17. Ofício nº 364/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo em diversas ruas, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 377/2022, do dia 26/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

18. Ofício nº 363/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é

contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Teresio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex silva no bairro Rosa Maria, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 376/2022, do dia 26/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

19. Ofício nº 373/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em facilities incluindo mão de obra especializada e dedicada a serviços do município, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 382/2022, do dia 25/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

20. Ofício nº 373/2022/SEMINFRA/PMSC, 26/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em facilities incluindo mão de obra especializada e dedicada a serviços do município, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 383/2022, do dia 25/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

21. Ofício nº 1025-A/2022/GP/PMSC/SE, 27/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica, destinada a locação de imóvel para funcionamento do paço municipal, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 384/2022, do dia 28/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

22. Ofício nº S/n/2022/SEMSURB, 01/04/2022: ANALISADA e APROVADA por unanimidade, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços desobstrução e recuperação de estradas vicinais e demolições, tendo em vista comprovação de disponibilidade dos recursos orçamentários para realização da despesa (reserva de dotação nº 386/2022, do dia 28/04/2022) e justificativa da contratação. No entanto, a efetiva contratação deverá ocorrer a juízo de conveniência e oportunidade do gestor, no atendimento do interesse público. Também, deverão ser observadas as disposições contidas nesta Ata;

Art. 2º. Para fins de prorrogação de prazo de vigência dos contratos, os gestores devem observar os seguintes requisitos:

- A regularidade fiscal, tributária e trabalhista do contratado;
- O prazo de vigência total do ajuste não ultrapasse o limite previsto em lei;
- Que haja expressado previsão de possibilidade da prorrogação no instrumento convocatório;
- Não haja solução de continuidade nas prorrogações;
- Que vise à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração;
- Que haja anuência da Contratada;
- Haja manifestação do fiscal do contrato, atestando a regularidade dos serviços até então prestados;
- Se houver oferecimento de garantia, a necessidade de sua renovação;
- Manutenção das mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- Justificativa formal e autorização prévia da autoridade superior;
- Observância dos limites de contratação previstos no Decreto nº 7.689/2012;

l) Que haja expressado previsão de recursos orçamentários; e
 m) Que, no caso de contratos de prestação de serviços continuados, seja certificada a adequação aos dilames da Portaria MP nº 409/2016.

Art. 3º. Os processos referentes aos pedidos de prorrogação de prazo devem ser encaminhados para deliberação do Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal - CRAFI previamente à formalização do novo ajuste e no período de vigência contratual, não havendo que se falar em convalidação administrativa a ser realizado pelo CRAFI, ato de competência exclusiva do gestor.

Art. 4º. A Regularidade Fiscal Trabalhista dos contratados (as) deverá ser apresentada no momento da solicitação da emissão da nota de Empenho.

Art. 5º. Recomenda-se que os processos derivados de Editais de Credenciamento, tanto quanto às solicitações de prorrogação de prazo, como quanto a novas contratações, por sua natureza caracterizada pela necessidade de retatividade dos prestadores de serviço, deverão ser encaminhados ao CRAFI, devidamente acompanhado de justificativa técnica subscrita por profissional habilitado e que ocupe cargo de Direção compatível e hábil para discriminar o porquê da contratação do novo profissional ou da necessidade de continuidade do instrumento.

Art. 6º. Recomenda-se que os processos para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, sejam encaminhadas ao CRAFI, após a emissão de Parecer pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 7º. No momento da contratação deverá ser exigida documentação relativa à: habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista; e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Ademais, na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, a solicitação deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 9º Publique-se esta resolução no Diário Oficial do Município, para que produza os efeitos legais.

Parágrafo Único. Deve os gestores cumprir as determinações constantes na ATA da reunião.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e para constar, lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros do Conselho:

ELDRIO CARDOSO DA FRANÇA
 Secretário da Fazenda
 Presidente do CRAFI

ALINE MAGNA CARDOSO BARROSO LIMA
 Procuradora Geral

JOSENITO OLIVEIRA SANTOS
 Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão

PAOLA RODRIGUES DE SANTANA
 Secretário de Governo e Relações Comunitárias

PRISCILA DO NASCIMENTO SANTOS
 Secretária Chefe Interina do Controle Interno

GLÓRIA STEPHANY SANTOS DE OLIVEIRA
 Secretária Executiva

Processo nº 002.2022.0048/PMSC

Parecer PGM N°: 523/2022

Assunto: alteração contratual para aumento e supressão de quantitativo de serviços novos e de valor.

EMENTA:

Contrato nº 17/2022. Alteração contratual. Inclusão de serviços novos e supressão de quantitativos. Requisitos legais autorizadores do art. 65, inciso I, “a” e “b”, c/c o §1º, da Lei nº 8.666/93. Previsão no edital e no contrato. Satisfação do interesse público.

I- Relatório:

Trata-se de consulta oriunda da Secretaria de Infraestrutura deste Município, relacionada ao Contrato nº 17/2021, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução das **obras e serviços para de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, Bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão/SE**, na qual solicita desta Procuradoria-Geral parecer no sentido de opinar se estariam presentes os requisitos fáticos e legais autorizadores para a pretendida alteração de serviços.

Consta dos autos justificativa técnica indicando que a pretensão visa atender as necessidades surgidas durante a execução do empreendimento, impondo-se com isso a inclusão de serviços novos e sem que se altere a dimensão do seu objeto e/ou se desvencilhe da sua própria natureza.

Fato é que o inicialmente previsto em parte não se revelou suficiente e de outro lado se mostrou inadequado e excessivo, razão pela qual, para o alcance daquele desiderato, e, assim, a satisfação do interesse público primário, razão de ser da contratação, imperiosa uma alteração qualitativa no contrato, que pode derivar tanto de modificações de projeto ou de especificações quanto da necessidade de acréscimo ou supressão de obras, como na hipótese, de modo a contemplar um aumento na quantidade de itens/serviços já contratados e/ou na inclusão de outros, além da supressão de alguns.

Consta da planilha, por consequência, um indicativo de supressão no valor de R\$ 5.292,94 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), que equivale a 0,86% do valor do contrato; por sua vez, um indicativo de inclusão de serviços



novos no importe de R\$ 8.208,16 (oito mil, duzentos e oito reais e dezesseis centavos), correspondendo, assim, a 1,34% daquele mesmo valor inicial.

Logo, financeiramente, a alteração de preço será da ordem de R\$ 2.915,22 (dois mil, novecentos e cinco reais e vinte e dois centavos). O novo valor do contrato, por consequência, corresponderá de R\$ 615.468,84 (seiscentos e quinze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos). É para os serviços novos, levou-se em consideração os relativos custos unitários do ORSE do mês de referência do orçamento da licitação (outubro/2019), aplicando em seguida o mesmo percentual de desconto concedido inicialmente, qual seja, **de 24,57%**.

É o relatório.

II - Fundamentação:

Ab initio, impõe-se salientar que o presente parecer se vale, exclusivamente, dos elementos havido nos autos e se atém aos aspectos meramente jurídico da problemática. Não discute aspectos relacionados à conveniência e oportunidade dos atos de competência do gestor público.

Pois bem, preceitua o art. 65, I, “b”, da Lei 8.666/93, que **“os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: I – unilateralmente pela Administração: a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei”**.

No primeiro caso – o da alínea “a” -, tem-se o que se denomina alteração qualitativa. Com isso, a Administração está autorizada a modificar, *verbi gratia*, as especificações da execução e/ou do objeto e aumentar a quantidade de obras e serviços, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que preservado o interesse público e não descaracterize seu objeto. Para tanto, diante dessa nova realidade, ordinariamente se faz necessário o aumento da quantidade de obras e serviços já contratados e a inclusão de outros; isso porque o inicialmente previsto era para uma realidade de outrora. O objeto, de qualquer forma, permanece inalterado tanto na sua dimensão quanto na sua natureza.

Logo, inexistente dúvida que a inclusão de itens e/ou serviços novos e o aumento da quantidade de obras têm previsão e autorização legal. Isso, independente de sua natureza e da forma como foi selecionada a proposta, seja mediante licitação ou contratação direta. Não importa, por sua vez, se é contrato de obra, de serviço ou de compra. A Lei nº 8.666/93 não fixou qualquer distinção.



No segundo caso – o da alínea “b” -, tem-se o que se conceitua alteração na dimensão do objeto. Aqui, o contratante pode, porque tem autorização legal, quando verificar a necessidade de quantidade inferior ou superior à contratada do objeto, alterar unilateralmente o valor contratual, nos limites permitidos na Lei.

E por força do § 1º do referido artigo 65, o limite econômico da alteração será de 25% para o caso de obras, serviços ou compras e de 50% na hipótese de reforma de edifício ou de equipamento. Cumpre salientar que o limite tanto se aplica à alteração qualitativa quanto à quantitativa, além disso, que o acréscimo quanto a supressão devem levar em conta e assim ter como base **o valor atualizado do contrato**. É o que está escrito na Lei. Por falar nela – na lei – não há ali palavras inúteis.

Desta forma, consoante linhas volvidas, considerando que os novos serviços remontará ao importe de R\$ 8.208,16 (oito mil, duzentos e oito reais e dezesseis centavos), correspondendo, assim, a 1,34% do valor inicial, a almejada alteração, está de acordo com o limite fixado na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, por se tratar de reforma de edificação. O mesmo se assegura quanto à supressão. O valor de R\$ 5.292,94 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos), que equivale a 0,86% daquele valor inicial, está dentro do limite.

Respeitosamente, é a nossa opinião. Com relação a um eventual temor de se suceder aqui ou em situação tal qual o ilegal jogo de planilha, o correspondente contrato adotou como medida efetiva e inibidora, seguindo as recomendações do TCU, o limite tanto para o preço global quanto para os preços unitários. Portanto, nenhum item teve preço superior ao orçado como referência pelo Município. Por isso, não há possibilidade de preços acima do praticado no mercado. Não houve, de qualquer forma, alteração nos preços unitários, só aumento do quantitativo.

De mais a mais, de acordo com o registrado nos autos, para os serviços novos, levou-se em consideração os relativos custos unitários do SINAPI ou ORSE do mês de referência do orçamento da licitação, aplicando em seguida o mesmo percentual de desconto concedido inicialmente, qual seja, **de 24,57%**. Mantém, assim, o equilíbrio econômico-financeiro da avença e a vantajosidade do negócio. O acréscimo, por fim, visa atender o interesse público, porque, sem ele, restarão efetivamente prejudicadas a execução dos itens objeto do contrato na sua integralidade.

III – Conclusão

Ante o exposto, a nosso juízo, com base no que fora justificado e documentado, estão presentes os requisitos fáticos e legais para a alteração contratual, mediante termo aditivo para fins de acréscimos de quantitativos e de novos serviços, a teor do



disposto e autorizado no art. 65, I, “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93, razão pela qual somos da opinião que há viabilidade jurídica para o pretendido aditivo.

A análise contida neste parecer, obviamente, é restrita às questões jurídicas da minuta do edital, a teor do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não incluindo aqui análise quanto aos elementos técnicos e àqueles de ordem financeira e orçamentária.

É o parecer. S.M.J.

São Cristóvão/SE, 16 de maio de 2022.




José Roberto de Almeida
Procurador Geral do Município
São Cristóvão/SE, 16 de maio de 2022.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Cristóvão, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no que dispõe o art. 43, VI, Lei nº 8.666/93 (Acórdão nº 816/2006 – Plenário – TCU), cumulado com as disposições do item 16.1 do Edital, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais e a legitimidade dos atos praticados, **decide HOMOLOGAR** o procedimento licitatório da **Tomada de Preços nº 09/2022**, em decorrência de seu encerramento, e consequentemente **ADJUDICAR** seu objeto em favor da empresa **AGC – Construções e Empreendimentos Ltda (CNPJ nº 00.999.591/0001-52)**, então declarada vencedora com o preço global de **R\$ 739.025,38 (setecentos e trinta e nove mil, vinte e cinco reais e trinta e oito centavos)**, para **execução das obras e serviços de reestruturação do acesso ao “Cristo Redentor”**, neste Município de São Cristóvão/SE, de acordo com o projeto básico/ termo de referência / especificações técnica constantes do Edital, além das especificações e normas estabelecidas pela ABNT.

São Cristóvão/SE, 18 de maio de 2022.



Marcos Antônio de Azevedo Santana
Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2021

CONCORRÊNCIA Nº 01/2020 – Objeto – contratação de empresa especializada para execução continuada dos serviços de “**pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Terésio Morel, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, Bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão/SE.**”

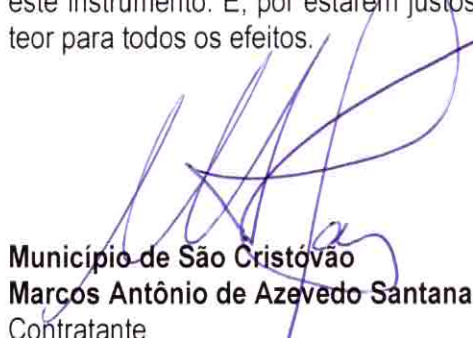
O **MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na rua Messias Prado, nº 70, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, o **Marcos Antônio de Azevedo Santana**, brasileiro, casado, portador do RG nº 390.813 SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 171.332.895-04, e a empresa **AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.999.591/0001-52, com sede na rua José de Alencar, 916, sala 704, bairro Ilha do Leite, Recife/PE (CEP 50070-475), neste ato por seu representante, o senhor **Carlos Augusto Souza Ribeiro Júnior**, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 1.404.945 SSP/SE e inscrito no CPF nº 017.626.495-78, doravante denominada **CONTRATADA**, com fundamento no que dispõe art. 65, inciso I, “a” e “b”, inciso II, “d”, c/c o § 1º, da Lei nº 8.666/93, firmam o presente **ADITIVO**, nos termos das cláusulas e condições a seguir delineadas:

1. Cláusula primeira – Do acréscimo e da supressão de serviços. Acordam as partes, em decorrência da inclusão de itens/serviços novos e da supressão de item havido, constante documentação que instrumentaliza o procedimento, subtrair ao valor inicialmente contratado o importe de **R\$ 5.292,94 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos)**, e acrescer a quantia de **R\$ 8.208,16 (oito mil, duzentos e oito reais e dezesseis centavos)**, totalizando a contratação, por isso, em **R\$ 615.468,84 (seiscentos e quinze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)**.

Parágrafo único. A importância relativa aos itens/serviços acrescidos, no valor de **R\$ 8.208,16 (oito mil, duzentos e oito reais e dezesseis centavos)**, correspondendo, assim, a 1,34%, do valor inicial do contrato, já a quantia referente à supressão, no importe de **R\$ 5.292,94 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos)**, equivale a 0,86% também daquele valor.

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e obrigações não alteradas por este instrumento. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor para todos os efeitos.

São Cristóvão/SE, 16 de maio de 2022.



Município de São Cristóvão
Marcos Antônio de Azevedo Santana
Contratante



AGC Construções e Empreendimentos Ltda
Carlos Augusto Souza Ribeiro Júnior
Contratada

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.999.591/0001-52

Razão Social: AGC CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Endereço: R JOSE DE ALENCAR 916 SALA 704 / ILHA DO LEITE / RECIFE / PE /
50070-475

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/05/2022 a 19/06/2022

Certificação Número: 2022052100331446977547

Informação obtida em 23/05/2022 11:02:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO

Ano VI - Nº 1.553 - Edição de Segunda-feira, 06 de Junho de 2022

PODER EXECUTIVO

PREFEITO DO MUNICÍPIO

MARCOS ANTÔNIO DE AZEVEDO SANTANA

Vice-PREFEITO DO MUNICÍPIO

PAULO ROBERTO DE SANTANA JUNIOR

SEGOV-Secretaria Municipal de
Governo e Gestão

EDSON FONTES DOS SANTOS

SEMFOF- Secretaria Municipal de Fazenda,
Orçamento e Planejamento

ELDRÓ CARDOSO DA FRANÇA

SEMDET- Secretaria Municipal do
Desenvolvimento Econômico e do Trabalho

JOSENITO OLIVEIRA SANTOS

SEMINFRA- Secretaria Municipal
de Infraestrutura

JÚLIO NASCIMENTO JUNIOR

SEMSURB-Secretaria Municipal de
Serviços Urbanos

GENIVALDO SILVA DOS SANTOS

SEMMA-Secretaria Municipal do
Meio Ambiente

EDMILSON SANTOS BRITO

SEMEL: Secretaria Municipal do
Esporte e Lazer

KLEWERTON JOSÉ SIQUEIRA SANTOS

PGM-Procuradoria Geral do Município

ALINE MAGNA CARDOSO BARROSO LIMA

CGM-Controladoria Geral do Município

PRISCILA DO NASCIMENTO SANTOS

(SECRETÁRIA - CHEFE INTERINA)

SEMED-Secretaria Municipal de Educação

QUITERIA LUCIA ARAÚJO DE BARROS

SMS-Secretaria Municipal de Saúde

FERNANDA RODRIGUES DE

SANTANA GOÊS

SEMAS- Secretaria Municipal de
Assistência Social

LUCIANNE ROCHA LIMA

SAAE- Serviço Autônomo de

Água e Esgoto

CARLOS ANTÔNIO SOARES DE MELO

FUMTUR- Fundação Municipal de
Cultura e Turismo "João Bebe Água"

PAOLA RODRIGUES DE SANTANA

SMTT- Superintendência Municipal de
Trânsito e Transportes

NILTON JOSÉ DOS SANTOS

EXECUTIVO

EXTRATO

CONTRATO nº 43/2022 – Tomada de Preços nº 001/2022

Contratante: Município de São Cristóvão

CNPJ: 13.128.855/0001-44

Contratada: Enova Construtora e Consultoria Ltda. ME

CNPJ: 08.254.699/0001-28

Unidade Orçamentária: 02051; **Classificação Funcional – Programática:** 15.451.0013; **Projeto**

Atividade: 1706; **Elemento de Despesa:** 4490.51.00.00; e **Fontes de Recurso:** 17040000.

Objeto: Execução das obras e serviços de reforma do Centro de Atendimento ao Cidadão – CEAC do

bairro Eduardo Gomes, neste Município de São Cristóvão/SE.

Valor: R\$: 552.651,04 (quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais, quatro

centavos)

Prazo de Execução: 08 (oito) meses, contado da ordem de serviço.

Parecer PGM: PGM Nº 401/2022

Autorização Crati: Resolução nº 03/2022

Base Legal: Lei nº 8.666/93

São Cristóvão, 02 de junho de 2022.

Marcos Antônio de Azevedo Santana
Prefeito do Município de São Cristóvão

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2021

CONCORRÊNCIA Nº 01/2020 – Objeto – contratação de empresa especializada para execução continuada dos serviços de "pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo das ruas Teresio Moral, Maria do Carmo Silva e Alex Silva, Bairro Rosa Maria, neste Município de São Cristóvão/SE."

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.128.855/0001-44, com sede na rua Messias Prado, nº 70, Centro Histórico, São Cristóvão/SE, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito o **Marcos Antônio de Azevedo Santana**, brasileiro, casado, portador do RG nº XXX.813 SSP/SE e inscrito no CPF sob o nº 171.XXX.XXX-04, e a empresa **AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.999.591.0001-52, com sede na rua José de Alencar, 916, sala 704, bairro Iha do Leite, Recife/PE (CEP: 50070-475) neste ato por seu representante, o senhor **Carlos Augusto Souza Ribeiro Junior**, brasileiro, engenheiro, portador da cédula de identidade nº X.XXX.X45 SSP/SE e inscrito no CPF nº 017.XXX.XXX-78, doravante denominada **CONTRATADA** com fundamento no que dispõe art. 65, inciso I "a" e "b", inciso II "d" e o § 1º, da Lei nº 8.666/93, firmam o presente **ADITIVO**, nos termos das cláusulas e condições a seguir delineadas:

1. Cláusula primeira – Do acréscimo e da supressão de serviços. Acordam as partes, em decorrência da inclusão de itens/serviços novos e da supressão de item havido, constante documentação que instrumentaliza o procedimento, subtrair ao valor inicialmente contratado o importe de **R\$ 5.292,94 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos)**, e acrescer a quantia de **R\$ 8.208,16 (oito mil, duzentos e oito reais e dezesséis centavos)**, totalizando a contratação, por isso, em **R\$ 615.468,84 (seiscentos e quinze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)**.

Parágrafo único. A importância relativa aos itens/serviços acrescidos, no valor de **R\$ 8.208,16 (oito mil, duzentos e oito reais e dezesséis centavos)**, correspondendo, assim, a 1,34%, do valor inicial do contrato, já a quantia referente à supressão, no importe de **R\$ 5.292,94 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos)**, equivale a 0,86% também daquele valor.

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e obrigações não alteradas por este instrumento. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor para todos os efeitos.

São Cristóvão/SE, 16 de maio de 2022.

Município de São Cristóvão
Marcos Antônio de Azevedo Santana
Contratante

AGC Construções e Empreendimentos Ltda
Carlos Augusto Souza Ribeiro Junior
Contratada